

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 28, faturou 34.436 GWh no exercício de 2009 e 33.860 GWh no exercício de 2008, atendendo a aproximadamente 6,0 milhões de clientes em dezembro de 2009 (informações não auditadas).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, Leis nºs 6.404/1976, 9.457/1997, 10.303/2001, 11.638/2007 e 11.941/2009, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2009, e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente. Ressaltamos que as orientações contidas nos pronunciamentos técnicos do CPC 15 ao 43, aprovados por deliberações emitidas pela CVM em 2009, não foram incluídas na elaboração das presentes demonstrações contábeis da Companhia. De acordo com as deliberações da CVM, esses pronunciamentos técnicos aplicar-se-ão aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis de 2010 para fins de comparação.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 5 de fevereiro de 2010.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Demonstração de Resultado do exercício está sendo apresentada na forma determinada pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com aberturas e detalhamentos divulgados nas notas nºs 28 a 35 e 40.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Estimativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração, para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/2008.

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas de acordo com a legislação vigente na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

b) Classificação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses, são classificados como não circulantes.

c) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

d) Reclassificação para fins de comparabilidade

A fim de tornar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 comparáveis, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2008. As reclassificações no balanço referem-se aos saldos da rubrica “Outras obrigações”, do passivo circulante para o não circulante, em função de obrigações da Companhia com o Banco Santos, oriundas de operações vencidas, atualmente objeto de discussão judicial com aquele banco não serem passíveis de liquidação nos próximos doze meses. Outra reclassificação ocorreu entre as rubricas “Disponibilidades” e “Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias” em função de parte ser melhor caracterizada como numerário em trânsito.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Práticas contábeis específicas do setor**

Custos indiretos de obras em andamento: parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente, com base nos gastos com pessoal e mão-de-obra de terceiros relacionados às obras em curso.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. O saldo dessa conta é apresentado como conta redutora do ativo imobilizado na nota nº 16. A partir de julho de 2007, essa conta passou ser amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento de energia no mercado de curto prazo) são registradas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas pela CCEE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando as informações disponíveis no mercado.

Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - Ativo e Passivo (Circulante e Não Circulante): referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivos encargos. Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e Resoluções complementares da ANEEL - nota nº 14.

b) Práticas contábeis gerais

Ativos financeiros: são quaisquer ativos que sejam numerário, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que são determinados no seu reconhecimento inicial.

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros classificados como recebíveis ou mantidos até o vencimento é efetuado pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação vinculados diretamente à sua aquisição ou emissão e ajustado posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou créditos de liquidação duvidosa. O tratamento contábil relacionado ao reconhecimento dos custos de transação não se aplica para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Disponibilidades e aplicações financeiras: incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata. As disponibilidades estão classificadas como disponíveis para venda, e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.
- Consumidores, concessionárias e permissionárias: a Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias, e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Esta conta inclui valores faturados e não faturados referentes à venda de energia elétrica, uso do sistema de distribuição, recomposição tarifária extraordinária, energia livre e desconto da TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo (CCEE).
- Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: na data do balanço é analisada a existência de evidências objetivas que indiquem a eventual redução no valor dos ativos financeiros (*impairmen*). Os ativos são avaliados quanto à sua recuperabilidade quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado seu fluxo estimado de caixa futuro. Para os ativos classificados como recebíveis é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Os saldos da PCLD estão demonstrados nas diversas rubricas dos ativos que os originaram - nota nº 13.
- Contas a receber acordos: a Companhia classifica os saldos de contas a receber como instrumentos financeiros “recebíveis”. Estas contas a receber correspondem a créditos derivados do fornecimento de energia e da prestação de serviços, renegociados parceladamente, acrescidos de encargos até a data da renegociação - nota nº 11.
- Realização de ativos financeiros: a Companhia realiza seus ativos financeiros somente quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa desses ativos financeiros expiram, ou quando transfere os riscos e benefícios desses ativos financeiros à outra entidade.

Almoxarifados: valorizados ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado: são registrados ao custo de aquisição, ou de construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de junho de 2007.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem. As taxas de depreciação utilizadas foram determinadas em laudo de avaliação elaborado em junho de 2007. A Companhia revisará essas taxas em períodos anuais e se houver necessidade irá ajustá-las prospectivamente. Atualmente as taxas de depreciação variam entre 2,50% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,44% e 7,70% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas e redes de distribuição, de sub-transmissão e subestações; e 10,00% e 20,00% para os demais equipamentos.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Intangível: os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares e de faixas de servidões permanentes.

Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes: a Administração revisa anualmente se há fatores ou eventos indicando mudanças na expectativa de realização dos ativos não circulantes, principalmente o imobilizado e o intangível mantidos e utilizados nas operações da Companhia. Caso haja algum indicativo de mudança na expectativa de realização dos ativos a Companhia efetua o teste de realização para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução ao provável valor de realização.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Independente de haver novos eventos ou mudanças, o ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso tem sua realização avaliada pelo menos uma vez por ano.

Passivos financeiros: são quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais, contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária e cambial, determinada em cada modalidade, incorrida até a data do balanço, a qual é apropriada em despesas financeiras com os juros e demais encargos, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo imobilizado em curso - nota nº 19.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais, serviços e custo correspondente à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - nota nº 17.
- Baixa de passivos financeiros: a Companhia baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

Instrumentos financeiros derivativos: a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição a riscos cambiais, principalmente *swaps* de taxas de juros e de dólar.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é iniciado e são subsequentemente mensurados ao valor justo ao final de cada período contábil.

Um derivativo é classificado como um ativo não circulante ou como um passivo não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que doze meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro dos próximos doze meses. Outros derivativos são apresentados como ativos circulantes ou passivos circulantes.

Derivativos embutidos: São contratos que não são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus riscos e características não estão relacionadas ao objeto principal, estes riscos e características são tratados separadamente como um derivativo embutido.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Um derivativo embutido é classificado como um ativo não circulante ou como um passivo não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que doze meses e não for esperado que a liquidação ocorra dentro dos próximos doze meses. Outros derivativos embutidos são apresentados como ativos circulantes ou passivos circulantes.

Provisões para litígios e contingências: são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia - nota nº 22.

Benefícios a empregados: a Companhia patrocina plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As informações sobre os planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão concedidos pela Companhia encontram-se divulgadas na nota nº 20.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, seguindo os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 371.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de contribuição dos empregados.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contratos de arrendamento (Leasing): os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil que não são propriedade da Companhia, mas cujo controle, riscos e benefícios são exercidos pela Companhia, são registrados como parte do ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante e/ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. A taxa de desconto a ser utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento, se for praticável determinar essa taxa; ou, se não for, é usada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os bens são depreciados ou amortizados de acordo com a sua vida útil econômica estimada ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros sobre o passivo reconhecido são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Ajuste a valor presente: os itens do ativo e passivo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente tomando-se por base a data de origem da transação. No reconhecimento inicial, o valor presente e o valor justo de uma operação são normalmente iguais, todavia, com o passar do tempo esses valores não guardam, necessariamente, nenhum tipo de relação. O ajuste a valor presente e o valor justo são aplicados com base nas disposições legais e normativas vigentes.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota nº. 26.

A Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização.

A reavaliação foi registrada em 30 de junho de 2007, com base em Laudo de Reavaliação aprovado em Assembléia Extraordinária ocorrida em 31 de julho de 2007.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tributação sobre o lucro: compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos - notas nºs 7, 8 e 35.

Tributação sobre receitas: as receitas estão sujeitas à tributação não cumulativa do Pis (1,65%) e da Cofins (7,6%).

Esses encargos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do Pis/Cofins são apresentados dedutivamente das despesas que os originaram na demonstração do resultado.

Resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e, portanto, inclui o fornecimento de energia já realizado, porém ainda não faturado ao consumidor. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização - notas nºs 28 a 34 e 40. As despesas são registradas quando efetivamente incorridas.

Lucro por ação: é determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

4. Novos Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos para convergir as práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional de contabilidade. Esses pronunciamentos foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Deliberações da CVM, emitidas durante o exercício de 2009, e que aprovaram os pronunciamentos do CPC, são aplicáveis às demonstrações contábeis dos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Resoluções do CFC, emitidas durante o exercício de 2009, e que aprovaram esses pronunciamentos do CPC, são aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, encorajando a aplicação antecipada.

A Companhia de acordo com a Deliberação da CVM de 6 de janeiro de 2009, aplicará as deliberações nas demonstrações contábeis dos exercícios a findarem a partir de dezembro de 2010 e também às demonstrações contábeis de 2009, apresentadas para fins de comparação.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A tabela abaixo relaciona os pronunciamentos do CPC aprovados pela CVM e pelo CFC durante o exercício de 2009:

Pronunciamento		Deliberação CVM		Resolução CFC	
		Número	Data	Número	Data
CPC 16	Estoques (IAS 2)	575/09	05/jun/09	1170/09	29/mai/09
CPC 17	Contratos de Construção (IAS 11)	576/09	05/jun/09	1171/09	29/mai/09
CPC 20	Custos de Empréstimos (IAS 23)	577/09	05/jun/09	1172/09	29/mai/09
CPC 15	Combinação de Negócios (IFRS 3)	580/09	31/jul/09	1175/09	24/jul/09
CPC 21	Demonstração Intermediária (IAS 34)	581/09	31/jul/09	1174/09	24/jul/09
CPC 22	Informações por Segmento (IFRS 8)	582/09	31/jul/09	1176/09	24/jul/09
CPC 27	Ativo Imobilizado (IAS 16)	583/09	31/jul/09	1177/09	24/jul/09
CPC 28	Propriedade para Investimento (IAS 40)	584/09	31/jul/09	1178/09	24/jul/09
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8)	592/09	15/set/09	1179/09	24/jul/09
CPC 24	Evento Subsequente (IAS 10)	593/09	15/set/09	1184/09	28/ago/09
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	594/09	15/set/09	1180/09	24/jul/09
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)	595/09	15/set/09	1185/09	28/ago/09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41)	596/09	15/set/09	1186/09	28/ago/09
CPC 30	Receitas (IAS 18)	597/09	15/set/09	1187/09	28/ago/09
CPC 31	Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5)	598/09	15/set/09	1188/09	28/ago/09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro (IAS 12)	599/09	15/set/09	1189/09	28/ago/09
CPC 33	Benefícios a Empregados (IAS 19)	600/09	07/out/09	1193/09	16/set/09
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	601/09	07/out/09	1195/09	21/out/09
CPC 18	Investimento em Coligada e em Controlada (IAS 28)	605/09	26/nov/09	1241/09	27/nov/09
CPC 19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) (IAS 31)	606/09	26/nov/09	1242/09	27/nov/09
CPC 35	Demonstrações Separadas (IAS 27)	607/09	26/nov/09	1239/09	27/nov/09
CPC 36	Demonstrações Consolidadas (IAS 27)	608/09	26/nov/09	1240/09	27/nov/09
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 1)	609/09	22/nov/09	1253/09	10/dez/09
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)	604/09	19/nov/09	1196/09	21/out/09
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32)	604/09	19/nov/09	1197/09	21/out/09
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)	604/09	19/nov/09	1198/09	21/out/09
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (IFRS 1)	610/09	22/dez/09	1254/09	10/dez/09
ICPC 01	Contratos de Concessão (IFRIC 12)	611/09	22/dez/09	1261/09	10/dez/09
ICPC 02	Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15)	612/09	22/dez/09	1266/09	10/dez/09
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27)	613/09	22/dez/09	1256/09	10/dez/09
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (IFRIC 8)	614/09	22/dez/09	1257/09	10/dez/09
ICPC 05	Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria (IFRIC 11)	615/09	22/dez/09	1258/09	10/dez/09
ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior (IFRIC 16)	616/09	22/dez/09	1256/09	10/dez/09
ICPC 07	Distribuição de Lucros In Natura (IFRIC 17)	617/09	22/dez/09	1260/09	10/dez/09
ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	618/09	22/dez/09	1262/09	10/dez/09
ICPC 10	Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43	619/09	22/dez/09	1263/09	10/dez/09
ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes (IFRIC 18)	620/09	22/dez/09	1264/09	10/dez/09
ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1)	621/09	22/dez/09	1265/09	10/dez/09
OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	(*)	19/nov/09	1199/09	21/out/09

(*) OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 03/2009

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, durante o exercício de 2009, e que de acordo com as avaliações prévias preparadas pela Companhia poderão ser aplicáveis a partir de 2010.

- *CPC 16 - Estoques*: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques quanto ao valor do custo a ser reconhecido como um ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. Esse pronunciamento proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Este pronunciamento técnico do CPC está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2.

Com base em avaliações preliminares, esse pronunciamento não deverá trazer alterações significativas em relação às práticas contábeis atuais utilizadas pela Companhia.

- *CPC 17 - Contratos de Construção*: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil de receitas e despesas associadas a “contratos de construção”, considerando que as datas de início e término desse tipo de contrato ocorrem em períodos contábeis diferentes. Assim o principal assunto desse pronunciamento refere-se à contabilização das receitas e despesas associadas aos contratos de construção ao longo dos períodos de execução da obra. Este pronunciamento técnico está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 11.

Com a emissão do ICPC 01, a partir do exercício de 2010 e com efeitos retroativos às demonstrações contábeis de 2009 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis de 2010, as obras registradas no ativo imobilizado em curso de acordo com as práticas contábeis atuais passarão a serem registradas como custo de contratos de construção, sendo registrada receita de construção com o método proporcional à conclusão da obra.

A Companhia está avaliando os efeitos da aplicação deste pronunciamento nas suas demonstrações contábeis, uma vez que ainda estão ocorrendo discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, sobre a aplicação desta interpretação. A Companhia continuará a acompanhar e avaliar as decisões destes órgãos e associação, a fim de determinar os possíveis impactos. Desta forma, a Companhia entende que não é possível até o momento avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos em suas demonstrações contábeis.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 20 - Custos de Empréstimos*: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, os quais formam o custo de tal ativo, sendo os demais custos de empréstimos, não vinculados a um ativo qualificável, reconhecidos como despesa no momento em que ocorrerem. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 23.

Com base em avaliações preliminares, esse pronunciamento não deverá trazer alterações significativas em relação às práticas contábeis atuais utilizadas pela Companhia.

- *CPC 15 - Combinação de Negócios*: estabelece princípios e exigências na forma como o adquirente, em uma combinação de negócios, deve: (i) reconhecer e mensurar, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na sociedade adquirida; (ii) reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* resultante da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa (deságio); e determinar as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

O ICPC 09 traz algumas orientações sobre o registro de ativos identificáveis e passivos assumidos tanto em demonstrações contábeis individuais como consolidadas, bem como fornece orientações sobre o cálculo e registro do *goodwill*.

O CPC 15 não se aplica à combinação de negócios de entidades ou negócios sob controle comum. A combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é aquela em que todas as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório. A extensão da participação de não-controladores não é relevante para determinar se a combinação de negócios envolve entidades sob controle comum.

Foi estabelecido no CPC 15, que o pronunciamento deve ser aplicado prospectivamente para as combinações de negócios a partir da data indicada pelo órgão(s) regulador (es) que aprová-lo.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 3.

Devido ao fato de a Companhia não ter efetuado nenhuma transação de combinação de negócios no exercício atual e a aplicação do CPC 15 ser prospectiva, esse pronunciamento não trará nenhum impacto para a Companhia.

- *CPC 21 - Demonstração Intermediária*: tem por objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. A demonstração contábil intermediária deve incluir os seguintes componentes: (a) balanço patrimonial condensado; (b) demonstração condensada do resultado do período; (c) demonstração condensada do resultado abrangente; (d) demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido; (e) demonstração condensada dos fluxos de caixa; (f) notas explicativas selecionadas.

De acordo com esse pronunciamento, a frequência de reporte da entidade (anual, semestral ou trimestral) não deve afetar a mensuração de seus resultados anuais, ou seja, as mensurações dos períodos intermediários devem ser feitas em bases anuais.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 34.

Importante observar que as informações trimestrais - ITR, requeridas pela CVM, seguem o formato estabelecido no programa de envio.

Devido ao fato desse pronunciamento estabelecer que a mensuração de estimativas efetuadas em períodos intermediários devem ser feitas como em bases anuais, a aplicação desse pronunciamento poderá trazer alguns impactos intertemporais na apuração dos resultados trimestrais, entretanto não terão impacto na apuração do resultado anual.

- *CPC 22 - Informações por Segmento*: requer a divulgação de informações segregadas por segmento operacional da entidade. “Segmento operacional” é definido como um componente da entidade: (a) que desenvolve atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas; (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões; e (c) para a qual haja informação financeira disponível.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 8 e trata somente de divulgação de informações financeiras que são utilizadas pela Administração da Companhia, de forma a alocar os recursos e analisar a performance dos segmentos operacionais. A avaliação preliminar da aplicação não indica impactos relevantes.

- *CPC 27 - Ativo Imobilizado*: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para o ativo imobilizado, principalmente quanto (i) ao reconhecimento dos ativos; (ii) a determinação de seus valores contábeis; (iii) os valores de sua depreciação; e (iv) as eventuais perdas por desvalorização. Estabelece o conceito de que o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se for provável que irá gerar futuros benefícios econômicos para a entidade e puder ser mensurado confiavelmente. Define que o custo de um item do ativo imobilizado inclui (i) seu preço de aquisição; (ii) custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento; e (iii) estimativa inicial de custos de desmontagem, remoção e restauração do local. Estabelece que a depreciação deve ser apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada e que o valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual, bem como estabelece que a vida útil e o valor residual sejam revisados pelo menos ao final de cada exercício.

No registro do ativo imobilizado e de sua depreciação, as empresas de energia elétrica têm utilizado os critérios definidos no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou as taxas de depreciação estabelecidas em laudo de avaliação elaborado em junho de 2007. A Companhia irá proceder a revisão das taxas de depreciação e caso haja alguma alteração irá aplicá-la de forma prospectiva.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16.

Com base em avaliações preliminares, esse pronunciamento não deverá trazer alterações significativas em relação às práticas contábeis atuais utilizadas pela Companhia. Entretanto, com a aplicação da ICPC 01 o ativo imobilizado relacionado com a concessão deve ser classificado como ativo financeiro e como ativo intangível, consequentemente, a partir de 2010 o saldo do ativo imobilizado deve ser reduzido substancialmente.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atualmente, a Companhia está analisando os impactos contábeis decorrentes da aplicação da ICPC 01, não sendo possível até o momento mensurar os efeitos em suas demonstrações contábeis.

- *CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro:* define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, bem como define o tratamento contábil e a divulgação de mudanças nas políticas contábeis. Importante, observar que os critérios relacionados à divulgação de políticas contábeis são estabelecidos no Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

É estabelecido que se um pronunciamento (CPC), interpretação (ICPC) ou orientação (OCPC) se aplicar especificamente a uma transação, um evento ou uma circunstância, as políticas contábeis aplicadas a essa transação devem ser determinadas pela aplicação do pronunciamento, interpretação ou orientação, considerando, ainda, quaisquer guias de implementação relevantes emitidas pelo CPC.

Na ausência de pronunciamento, interpretação ou orientação, a administração exercerá seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 8.

Em razão deste pronunciamento fornecer orientação sobre a seleção de políticas contábeis e como tratar mudanças de estimativas e retificação de erros, julgamos com base em avaliações preliminares que não deverá haver impactos decorrentes da aplicação desse pronunciamento.

- *CPC 24 - Eventos Subsequentes:* são os eventos que ocorrem no período entre a data-base das demonstrações contábeis e a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis. O objetivo desse pronunciamento é o de determinar quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis em decorrência de eventos subsequentes ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis e quando a entidade deve somente divulgar eventos subsequentes ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis.

Existem dois tipos de eventos subsequentes: (i) um refere-se a eventos que evidenciam condições que já existiam antes da data-base das demonstrações contábeis, que requerem ajustes a essas demonstrações; e (ii) o outro se refere a fatos e/ou condições que surgiram após a data-base das demonstrações contábeis, que requerem a divulgação desse fato nessas demonstrações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 10.

O principal impacto na aplicação desse pronunciamento refere-se contabilização de dividendos. De acordo com essa norma, ao final do exercício a Companhia deverá reconhecer como passivo somente o dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais ao mínimo, propostos pela Administração, serão registrados como passivo à medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia, veja tópico ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

De acordo com o CPC 24, a proposta da Administração de distribuição de dividendos não é um fato gerador para registro de um passivo. Portanto, em 2010 a proposta de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório será revertida para o patrimônio líquido em uma conta denominada "Dividendos propostos". As demonstrações contábeis de 2009 apresentadas para fins de comparação às demonstrações contábeis de 2010 contemplarão esse ajuste de forma retroativa.

- *CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*: este pronunciamento estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como as informações a serem divulgadas. De acordo com esse pronunciamento, uma provisão deve ser reconhecida se, e somente se: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado; (b) for provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Os passivos e ativos contingentes, de acordo com esse pronunciamento não devem ser registrados, em razão de serem uma possível obrigação ou um possível ativo resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência de um evento futuro incerto não totalmente sob controle da entidade.

Esse pronunciamento define provável como "maior probabilidade de ocorrer do que não ocorrer". Em decorrência dessa interpretação de "provável", em 31 de dezembro de 2009, a Companhia revisou a classificação da probabilidade de perda nos processos tributários, cíveis e trabalhistas, e concluiu com base nesta avaliação preliminar que não deverá ter impactos significativos decorrentes da aplicação desse pronunciamento.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 37.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis*: define que o conjunto completo das demonstrações contábeis inclui: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração do resultado; (c) demonstração do resultado abrangente; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) demonstração dos fluxos de caixa; (f) demonstração do valor adicionado; (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis e outras informações explanatórias; e (h) se necessário, o balanço patrimonial do início do período mais antigo apresentado quando houver a aplicação de política contábil retroativamente ou reapresentação de itens das demonstrações contábeis.

De acordo com esse pronunciamento, as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e o fluxo de caixa da entidade. A representação apropriada também exige que a entidade: (a) selecione e aplique políticas contábeis de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC; (b) apresente informação relevante, confiável, comparável e compreensível; e (c) divulgações adicionais para permitir a compreensão do impacto de determinadas transações sobre a posição financeira e patrimonial da entidade.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 1.

Este pronunciamento fornece orientação sobre a apresentação de demonstrações contábeis. Assim, julgamos com base em avaliações preliminares que não deverá haver impactos decorrentes da aplicação desse pronunciamento.

- *CPC 30 - Receitas*: estabelece o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e deve ser aplicado na contabilização da receita proveniente da venda de bens, prestação de serviços e da utilização de ativos da entidade que geram juros, *royalties* e dividendos. A receita deve ser mensurada e registrada pelo seu valor justo.

De acordo com o CPC 30, a receita deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições: (a) foram transferidos todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem; (b) não é mantido envolvimento continuado na gestão dos bens; (c) o valor da receita possa ser confiavelmente mensurado; (d) os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e (e) as despesas podem ser confiavelmente mensuradas.

Com a adoção da ICPC 01 a Companhia terá que registrar receita de prestação de serviços de operação da infra-estrutura da distribuição de energia elétrica. A receita de prestação, de acordo com o CPC 30, deve ser reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esse pronunciamento define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos, portanto as quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos, portanto, são excluídos da receita. Este pronunciamento requer uma divulgação em nota explicativa da “receita bruta tributável” reconciliada com a receita apresentada na demonstração do resultado.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 18.

O principal impacto da aplicação desse pronunciamento será a apresentação da receita na demonstração do resultado, que deverá ser líquida de quantias cobradas por conta de terceiros. Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desse pronunciamento não deverá trazer impactos significativos.

- *CPC 31 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:* tem por objetivo estabelecer o critério de contabilização de ativo não-circulante mantido para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.

Um ativo não-circulante deve ser classificado como mantido para venda se ele for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda, ou seja, a sua venda seja altamente provável. Para que a venda seja altamente provável deve haver um comprometimento da Administração da entidade com o plano de venda.

De acordo com esse pronunciamento, uma operação descontinuada é um componente importante da entidade (linha de negócios, área geográfica, controladas, etc.) que foi baixado ou está classificado como mantido para venda.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 5.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía ativos não-circulantes classificados como “alienação de bens e direitos” e “bens e direitos destinados a alienação” (nota nº 12), os quais serão revisados para confirmar se atendem as condições previstas na CPC 31 para estarem classificados nessas rubricas.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:* é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A principal questão tratada nesse pronunciamento é o tratamento contábil dos efeitos fiscais atuais e futuros sobre (a) a realização (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (b) as operações do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

Um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base fiscal.

Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 12.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desse pronunciamento não deverá trazer impactos significativos, exceto pelos efeitos decorrentes de sua aplicação para os períodos intermediários, conforme mencionando na análise sobre o CPC 21.

Adicionalmente, a ICPC 10, em seu item 40, trata da reavaliação de ativos não depreciables para os quais não foi registrado um passivo fiscal diferido, seguindo prática contábil vigente à época de seu registro. Considerando a orientação fornecida na CPC 32, esse passivo fiscal diferido deve ser registrado sobre a reavaliação dos ativos não depreciables. Portanto, a Companhia deverá registrar um passivo fiscal diferido no valor de R\$ 383.846 (data-base 31 de dezembro de 2009) sobre a reavaliação de terrenos, a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não-circulante.

- *CPC 33 - Benefícios a Empregados:* tem por objetivo estabelecer os critérios para a contabilização e a divulgação de benefícios concedidos aos empregados, sendo requerido o registro de (i) um passivo, quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade utilizou o benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado.

Os benefícios a empregados são definidos da seguinte forma:

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) benefícios de curto prazo, que incluem salários, licenças remuneradas, benefícios não monetários (como assistência médica, automóveis, etc.);
- (b) benefícios pós-emprego, tais como pensões, seguro de vida pós-emprego, assistência médica pós-emprego;
- (c) benefícios de longo prazo, tais como licenças remuneradas, gratificação por tempo de serviço, etc.;
- (d) benefícios por desligamento.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19.

No momento da aplicação deste pronunciamento, a Companhia deverá registrar os ganhos e perdas atuariais e custos dos serviços passados não reconhecidos, em conta específica de transição no patrimônio líquido (lucros e prejuízos acumulados). Os valores a serem registrados estão apresentados na nota nº 20.1.

- *ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos*: esta interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa interpretação estabelece que o dividendo mínimo obrigatório deve ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente.

Assim, esta interpretação recomenda que para atender ao disposto no artigo 176, parágrafo 3º da Lei 6.404/1976, o qual estabelece o registro da destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto da sua aprovação pela assembléia geral, o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja mantido em conta do patrimônio líquido em uma conta denominada “dividendo adicional proposto”.

A proposta da administração para destinação do lucro deve estar detalhada em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou, de acordo com as práticas contábeis vigentes, a proposta da Administração para distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.009.037. Essa proposta é superior ao mínimo obrigatório, portanto deverá, de acordo com esse pronunciamento, ser revertido em 2010 para se adequar às novas normas contábeis.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*: disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros - incluindo derivativos - de acordo com o disposto no IAS 39. Este Pronunciamento deve ser aplicado a todas as entidades e a todos os tipos de instrumentos financeiros, com exceção aos direitos e obrigações advindos de operações de *leasing*, direitos e obrigações oriundos de contratos de benefícios a empregados entre outras.

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que origine um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou título patrimonial para outra entidade. Os ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam: obrigações contratuais, contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Um instrumento financeiro pode ser classificado em quatro categorias: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros é efetuado pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação vinculados diretamente à sua aquisição ou emissão e ajustado posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva (“custo amortizado”), e por qualquer ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou créditos de liquidação duvidosa. O tratamento contábil relacionado ao reconhecimento dos custos de transação não se aplica para os ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, a aplicação desse pronunciamento não deverá trazer impactos significativos para a Companhia, uma vez que não há expectativa de mudanças no valor contábil dos ativos e passivos financeiros registrados.

- *CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação*: tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 32.

A aplicação desse pronunciamento não deve trazer impactos contábeis significativos para a Companhia.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:* requer que as entidades apresentem evidências em suas demonstrações contábeis que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos qual a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos. Este Pronunciamento abriga as necessidades de evidenciação relacionadas às operações definidas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 e 39. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 7.

Este pronunciamento exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a situação financeira e patrimonial de entidade e seu desempenho. Essa exigência envolve:

- (a) Divulgação relacionada à posição financeira da entidade - inclusive informações sobre os ativos e passivos financeiros por categoria, divulgações especiais quando a opção pelo valor justo é usada, reclassificações, baixa dos ativos e passivos financeiros, ativos dados em garantia, derivativos embutidos e violação de termos contratuais.
- (b) Divulgação relacionadas ao desempenho da entidade no período - inclusive informações sobre receita reconhecida, despesas, ganhos e perdas; despesas e receitas de juros; receitas de honorários; e perdas por *impairment*; e
- (c) Outras divulgações - inclusive informações sobre políticas contábeis, contabilização de *hedge* e os valores justos de cada classe de ativo e passivo financeiro.

O pronunciamento quer ainda, a divulgação de informações sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- (a) Divulgações qualitativas sobre exposições a cada classe de risco e como esses riscos são gerenciados; e
- (b) Divulgações quantitativas sobre exposições a cada classe de risco, separadamente para risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (inclusive as análises de sensibilidade).

Com base em avaliações preliminares, esse pronunciamento não deverá trazer alterações significativas em relação às práticas contábeis atuais utilizadas pela Companhia.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40*: tem por objetivo fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações contábeis intermediárias sejam preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, exceto pelas entidades que tenham investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que o IASB não aceita esse registro, e pela eventual manutenção, por alguma entidade, do saldo em conta do ativo diferido, conforme permissão da Lei 11.638, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos.

Com o objetivo de aplicar este pronunciamento, a entidade deverá fazer a aplicação do CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade às suas demonstrações consolidadas quando adotar tais normas internacionais pela primeira vez. A seguir, a entidade deverá transpor, para suas demonstrações individuais, todos os ajustes que forem necessários, ou pelos quais optar, na aplicação do CPC 37, de forma a obter o mesmo patrimônio líquido balanços patrimoniais consolidado e individual.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 1.

Com base em avaliações preliminares, as isenções e os impactos gerados em função da aplicação do CPC 37 são os seguintes:

- (a) Ativo imobilizado: A Companhia reprocessará os saldos dos ativos imobilizados não alcançados pelo ICPC 01 (ativos não vinculados a concessão).

A Companhia está concluindo a atualização/avaliação de seu ativo imobilizado.

- (b) Contratos de seguros: o CPC 11 restringe mudanças em políticas contábeis para contratos de seguros. Esta isenção não deverá trazer impactos para a Companhia.

- (c) Benefícios a empregados: com base em avaliações preliminares, para fins de transição para as normas internacionais de contabilidade, a Companhia aplicará a isenção prevista em relação aos benefícios a empregados, e registrarão os ganhos e perdas atuariais e custos dos serviços passados não reconhecidos, em conta específica de transição no patrimônio líquido (lucros e prejuízos acumulados).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No momento da aplicação deste pronunciamento, a Companhia deverá registrar os ganhos e perdas atuariais e custos dos serviços passados não reconhecidos, em conta específica de transição no patrimônio líquido (lucros e prejuízos acumulados). Os valores a serem registrados estão apresentados na nota nº 20.1.

- *ICPC 01 - Contratos de Concessão*: esta interpretação tem por objetivo orientar sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: i) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e ii) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infra-estrutura no final do prazo da concessão.

Esta interpretação define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços e foca nos seguintes assuntos:

- (a) Tratamento dos direitos do operador sobre a infra-estrutura: a infra-estrutura de serviços públicos não será registrada como ativo imobilizado, em função do concedente não transferir ao concessionário o direito de controle e de propriedade da infra-estrutura. A infra-estrutura de serviços públicos serão revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato de concessão.
- (b) Reconhecimento e mensuração dos valores da concessão: nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Serviços de construção ou melhoramentos: custo de construção consiste nos custos incorridos pelo concessionário na construção ou na melhoria da infraestrutura. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 17. A remuneração recebida ou a receber pelo concessionário proveniente do custo de construção deverá ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre: i) um ativo financeiro; ou ii) um ativo intangível. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.
- (d) Serviços de operação: custos de serviços de operação consiste na manutenção efetuadas pelo concessionário para manter a infra-estrutura operante. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos aos serviços de operação de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 30.
- (e) Custos de financiamentos: de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.
- (f) Contabilização subsequente do tratamento de um ativo financeiro e de um ativo intangível: O ativo financeiro deverá ser registrado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros. O ativo intangível deverá ser registrado de acordo com o Pronunciamento Técnico *CPC 04 - Ativo Intangível*.
- (g) O concedente poderá fornecer ativos ao concessionário, que por sua vez poderão retê-los ou negociá-los, se assim o desejar. Neste caso, esses ativos deverão ser registrados como ativos do concessionário, e avaliados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial.

Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 12.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as características do contrato de concessão da Companhia, conclui-se que a Companhia está sob o escopo desta interpretação. Desta forma, a Companhia deverá agrupar os saldos do ativo imobilizado e obrigações especiais existentes atualmente, e segregá-los em ativo intangível e ativo financeiro e proceder às movimentações desde então.

A Companhia está avaliando os efeitos da aplicação deste pronunciamento nas suas demonstrações contábeis, uma vez que ainda estão ocorrendo discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, sobre a aplicação desta interpretação. A Companhia continuará a acompanhar e avaliar as decisões destes órgão e associação, a fim de determinar os possíveis impactos. Desta forma, a Companhia entende que não é possível até o momento avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos em suas demonstrações contábeis.

- *ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil:* esta interpretação tem por objetivo fornecer orientação para determinar que os acordos que incluem uma transação ou uma série de transações relacionadas, e que não tem uma forma legal de arrendamento, mas que transferem o direito de usar um ativo (por exemplo, item do imobilizado) em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos, devem ser contabilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

Esta Interpretação não se aplica a acordos que:

- (a) são, ou contêm, arrendamentos excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil; ou
- (b) são acordos de concessão de serviço público para entidades do setor privado dentro do alcance da Interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deve trazer impactos significativos para a Companhia.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *ICPC 04 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10: Pagamento Baseado em Ações* - esta interpretação tem por objetivo definir o alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Conforme definido nesta interpretação, o Pronunciamento Técnico *CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações* deve ser aplicado para as transações em que a entidade ou os acionistas da entidade concedem instrumentos patrimoniais ou incorrem em passivo para transferir caixa ou outros ativos por valores que são baseados no preço (ou valor) das ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais da entidade. Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 8.

Para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas em dinheiro, a entidade deverá mensurar passivo assumido, pelo valor justo da obrigação, na data em que o passivo foi assumido. Até que o passivo seja liquidado, a entidade deve ajustar o valor justo do passivo ao final de cada exercício social e na data de sua liquidação, sendo as alterações de valores reconhecidas no resultado do período.

No caso de pagamento baseado em ações com liquidação em instrumentos patrimoniais (ações, como regra), a contrapartida do reconhecimento da despesa ou do custo do bem é conta do próprio patrimônio líquido.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deverá trazer impactos significativos para a Companhia.

- *ICPC 05 - Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações: Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria* - esta interpretação define que os acordos de pagamento base em ações, no qual uma controladora concede direitos a seus instrumentos patrimoniais diretamente aos empregados de sua controlada, ou cuja controlada tem a obrigação de conceder direitos a instrumentos patrimoniais de sua controladora aos seus empregados, deve ser contabilizado nas demonstrações contábeis da controlada que recebe serviços dos empregados. Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 11.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deve trazer impactos significativos para a Companhia.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:* esta interpretação tem o objetivo de esclarecer assuntos relativos à aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15, 18, 19, 35 e 36, sobre a elaboração das demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial, em especial quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Esta interpretação explicita, dentre outros, o tratamento do ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* em certas circunstâncias, inclusive incorporações e fusões, o tratamento contábil quando da existência de lucros não realizados com partes relacionadas, esclarece como devem ser reconhecidas algumas transações de capital entre sócios, e aborda pontos relativos à vigência do Pronunciamento Técnico *CPC 15 - Combinação de Negócios*.

A aplicação desse pronunciamento deve trazer os mesmos impactos contábeis trazidos na aplicação do CPC 37.

- *ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:* esta interpretação tem o objetivo de tratar de alguns assuntos relativos à implementação inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 28 - Propriedade para Investimento, CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

Esta interpretação, em seu item 40, trata da reavaliação de ativos não depreciáveis, para os quais não foi registrado um passivo fiscal diferido, seguindo à prática contábil vigente à época de seu registro. Considerando a orientação fornecida no CPC 32, esse passivo fiscal diferido deve ser registrado sobre a reavaliação dos ativos não depreciáveis. Portanto, a Companhia deverá registrar um passivo fiscal diferido no valor de R\$ 383.846 (data-base 31 de dezembro de 2009) sobre a reavaliação de terrenos, a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não-circulante.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *ICPC 11 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes:* esta interpretação tem por objetivo fornecer diretrizes para a contabilização dos itens do imobilizado que foram transferidos para a entidade pelos seus clientes. Esta interpretação também se aplica nos casos em que uma entidade recebe caixa de um cliente para construção ou aquisição de um item do imobilizado, quer seja para conectar seu cliente a uma rede de fornecimento de bens e serviços, quer seja para prover o cliente com o acesso contínuo ao fornecimento de bens e serviços, quer seja para ambos os propósitos.

Ativos relacionados a distribuição de energia elétrica não pertencem à Companhia, pois como descrito no ICPC 01 não há a transferência de controle dos bens da concessão. Portanto, ativos para conexão com a rede de distribuição doados por clientes não representam ativos da Companhia. A aplicação desta interpretação está sendo avaliada pela Administração da Companhia.

5. Disponibilidades e aplicações financeiras

	2009	2008
Disponibilidades:		
Numerário Disponível	10.476	5.509
Numerário em Trânsito	78.472	49.155
	88.948	54.664
Aplicações financeiras:		
Títulos e Valores Mobiliários (i)	89.886	73.947
Aplicações Financeiras (ii)	1.070.411	1.461.920
	1.160.297	1.535.867

- (i) Títulos e valores mobiliários: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa Selic e têm características de liquidez imediata.
- (ii) Aplicações financeiras: correspondem a aplicações financeiras em Certificado de Depósito bancário - CDB e Operações Compromissadas, as quais são remuneradas a 102,48% do CDI e têm características de liquidez imediata. A composição das aplicações financeiras é a seguinte:

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

Tipo de Operação	2009	2008
CDB	1.068.649	1.460.206
Outros	1.762	1.714
	1.070.411	1.461.920

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

CIRCULANTE	Saldos vincendos		Saldos vencidos				Total		Provisão para créditos		Saldo líquido de	
	2009	2008	até 90 dias		mais de 90 dias				de liquidação duvidosa (*)		PCLD	
			2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Consumidores - Fornecimento:												
Residencial	236.355	205.704	191.863	161.016	53.728	44.534	481.946	411.254	(106.154)	(79.192)	375.792	332.062
Industrial	59.675	63.572	26.492	26.581	55.711	36.002	141.878	126.155	(37.567)	(37.476)	104.311	88.679
Comercial	179.149	133.953	43.604	49.228	35.852	40.229	258.605	223.410	(47.432)	(36.622)	211.173	186.788
Rural	118	207	53	384	16	54	187	645	(3)	(13)	184	632
Poder público:												
Federal	1.948	1.448	1.037	804	188	336	3.173	2.588	(395)	(383)	2.778	2.205
Estadual	8.322	6.552	1.577	3.512	221	432	10.120	10.496	(124)	(131)	9.996	10.365
Municipal	15.147	3.533	769	903	6.057	2.023	21.973	6.459	(6.270)	(5.159)	15.703	1.300
Iluminação pública	14.126	11.588	465	1.699	1.912	1.654	16.503	14.941	(1.507)	(1.556)	14.996	13.385
Serviço público	21.796	8.875	12	31	4.691	6.385	26.499	15.291	(5.631)	(5.224)	20.868	10.067
Total - Faturado	536.636	435.432	265.872	244.158	158.376	131.649	960.884	811.239	(205.083)	(165.756)	755.801	645.483
Não Faturado	461.109	438.879	-	-	-	-	461.109	438.879	-	-	461.109	438.879
Não Faturado - Pis/Cofins	-	52	-	-	-	-	-	52	-	-	-	52
Total	997.745	874.363	265.872	244.158	158.376	131.649	1.421.993	1.250.170	(205.083)	(165.756)	1.216.910	1.084.414
Concessionárias e permissionárias:												
Encargos do uso da rede	1.239	805	-	-	-	-	1.239	805	-	-	1.239	805
Energia no curto prazo - CCEE (**)	3.322	7.151	-	-	-	-	3.322	7.151	-	-	3.322	7.151
EMAE	1.606	622	-	-	-	2.085	1.606	2.707	-	-	1.606	2.707
Transmissoras	336	20.744	-	-	-	336	20.744	-	-	-	336	20.744
Total	6.503	29.322	-	-	-	2.085	6.503	31.407	-	-	6.503	31.407
Consumidores - Racionamento:												
Desconto da TUSD (**)	5.247	42.230	-	-	-	-	5.247	42.230	(1.697)	(1.367)	3.550	40.863
Total	5.247	42.230	-	-	-	-	5.247	42.230	(1.697)	(1.367)	3.550	40.863
Total - CIRCULANTE	1.009.495	945.915	265.872	244.158	158.376	133.734	1.433.743	1.332.807	(206.780)	(167.123)	1.226.963	1.156.684
NÃO CIRCULANTE												
Concessionárias e permissionárias:												
EMAE	1.606	1.938	-	-	-	-	1.606	1.938	-	-	1.606	1.938
Total	1.606	1.938	-	-	-	-	1.606	1.938	-	-	1.606	1.938
Consumidores - Racionamento:												
Desconto da TUSD (**)	3.550	6.013	-	-	-	-	3.550	6.013	-	-	3.550	6.013
Total	3.550	6.013	-	-	-	-	3.550	6.013	-	-	3.550	6.013
Total - NÃO CIRCULANTE	5.156	7.951	-	-	-	-	5.156	7.951	-	-	5.156	7.951
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.014.651	953.866	265.872	244.158	158.376	133.734	1.438.899	1.331.758	(206.780)	(167.123)	1.232.119	1.164.635

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 13.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	221.758	18.786
Contribuição social	9.083	6.285
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	3.092	2.860
ICMS	42.183	38.356
Cofins	14.867	14.602
Pis	3.749	3.677
Finsocial	-	299.092
Outros	381	381
Subtotal	295.113	384.039
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 13	(1.963)	(1.951)
Saldo líquido de PCLD	293.150	382.088
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	56.681	54.724
ICMS	29.099	25.700
Subtotal	85.780	80.424
Total Geral	380.893	464.463

Os tributos e contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação do imposto de renda e contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente e à retenção na fonte sobre o fornecimento de energia a órgãos públicos federais.

ICMS: refere-se a créditos oriundos de aquisição de bens do ativo imobilizado.

Pis - Crédito tributário: refere-se a valores indevidamente recolhidos no período de junho de 1990 a outubro de 1995 e que foram pleiteados judicialmente. A perspectiva de desfecho da causa é avaliada positivamente pelos consultores jurídicos. Esse montante está sendo atualizado com base na remuneração da taxa Selic e sobre o mesmo não se espera incorrer em qualquer perda quando da realização.

Finsocial: em 31 de agosto de 1994, a Companhia impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal para reivindicar reembolso dos montantes pagos a título de FINSOCIAL referentes ao período de 1989 a 1992. Durante este período a Companhia efetuou contribuição ao FINSOCIAL com majorações de alíquotas previstas nas Leis nºs 7.689/1988, 7.787/1989 e 7.984/1989 e 8.147/1990. A Companhia impetrou tal ação judicial em virtude do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido como inconstitucional as majorações de alíquotas (0,5% a 2%) para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em julho de 1996, a Companhia teve decisão desfavorável em primeira instância, fazendo com que os seus assessores legais, ingressassem com um Recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) da Terceira Região.

Em sessão realizada em 13 de setembro de 2006, por unanimidade de votos, o TRF da Terceira Região deu provimento ao Recurso, reformando a sentença de primeiro grau, para o fim de reconhecer o direito da Companhia à restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Em face dessa decisão, o Governo Federal apresentou vários recursos culminando com o Recurso de Agravo de Instrumento perante o Supremo Tribunal Federal - STF, o qual em decisão proferida em 19 de dezembro de 2008 negou seu seguimento. Em 16 de fevereiro de 2009, expirou o prazo para a Secretaria da Receita Federal apresentar recursos contra a decisão proferida em 19 de dezembro de 2008. Em razão de não ter sido apresentado nenhum recurso, a decisão favorável à Companhia datada de 19 de dezembro de 2008 tornou-se definitiva, permitindo a compensação dos créditos tributários no montante de R\$ 88.907, relacionados ao valor principal do FINSOCIAL, acrescido de atualização monetária no montante de R\$ 210.185. Em consequência a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2008, em "Outras Receitas" o valor dos créditos tributários de R\$ 88.907, e em "Receitas financeiras" a atualização monetária de R\$ 210.185.

8. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	2009	2008
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	63.538	78.811
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	176.493	218.919
Subtotal	240.031	297.730
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	187.859	177.419
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	526.728	696.167
Subtotal	714.587	873.586
Total do Ativo	954.618	1.171.316

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009	2008
PASSIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(9.846)	(8.067)
Imposto de renda sobre reavaliação	(27.350)	(22.408)
Subtotal	(37.196)	(30.475)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(118.200)	(129.759)
Imposto de renda sobre reavaliação	(328.335)	(360.441)
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	(8.144)	(9.168)
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	(22.623)	(25.466)
Subtotal	(477.302)	(524.834)
Total do Passivo	(514.498)	(555.309)
Total Geral - Líquido	440.120	616.007

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2009	2008	2009	2008
A) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM nº 371/00	1.594.860	1.690.908	1.594.860	1.690.908
Provisão para contingências	621.341	1.434.832	601.746	602.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	533.143	274.873	533.143	274.873
Operações de Swap	33.354	195.926	33.354	195.926
Gratificações	41.773	43.260	41.773	43.260
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	-	19.059
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis	(1.422.741)	(1.531.395)	(1.422.741)	(1.531.395)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(90.491)	(101.866)	(90.491)	(101.866)
Materiais e serviços	9.589	15.662	9.589	15.662
Outros	(21.171)	4.885	(21.171)	4.885
Base de cálculo	1.299.657	2.027.085	1.280.062	1.213.739
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	324.913	506.771	115.207	109.236

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2009			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
B) Prazo de recuperação dos créditos tributários diferidos (Ativo):			
2010	176.493	63.538	240.031
2011	132.891	47.841	180.732
2012	83.909	30.207	114.116
2013	62.091	22.353	84.444
2014	56.656	20.396	77.052
2015	56.999	20.520	77.519
2016	52.090	18.752	70.842
2017	49.608	17.859	67.467
2018	14.278	5.140	19.418
2019	18.206	4.791	22.997
	703.221	251.397	954.618

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil é revisado anualmente pela Companhia não sendo apurados ajustes em relação à previsão inicial da Administração.

9. Serviços Prestados

	2009	2008
CIRCULANTE		
Serviços prestados a terceiros - Faturados	14.754	14.837
Serviços em curso	5.401	7.870
Outros - Iluminação Pública - Interior	108	166
Total	20.263	22.873
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 13	(14.275)	(10.184)
Saldo líquido de PCLD	5.988	12.689

Os serviços prestados estão relacionados, principalmente, à manutenção de linhas e redes de iluminação pública, de distribuição, de corrente contínua do sistema trolebus e que foram efetuados às prefeituras municipais, à "SPTrans" - São Paulo Transportes S.A. e EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e aos demais consumidores.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Devedores Diversos

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos com empregados	832	987
Outros	1.320	2.507
Total	2.152	3.494

11. Contas a Receber - Acordos

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal de São Paulo	75.454	-
Prefeituras municipais diversas	24.851	23.837
Consumidores	69.720	65.403
Outros	1.038	1.778
Total	171.063	91.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 13	(11.528)	(16.871)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 13	(75.454)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais Diversas - nota nº 13	(15.818)	(13.447)
Saldo Líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	68.263	60.700
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal de São Paulo	150.907	-
Prefeituras municipais diversas	92.685	112.905
Consumidores	12.879	14.523
Outros	26	764
Total	256.497	128.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 13	(484)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 13	(150.907)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais Diversas - nota nº 13	(61.494)	(69.726)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 13	(883)	(2.259)
Saldo Líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	42.729	56.207

Consumidores: referem-se a TCD's (Termo de Confissão de Dívida) para recebimento parcelado de créditos de consumo de energia elétrica e/ou prestação de serviços a consumidores, atualizados monetariamente até o recebimento das parcelas pelo IGP-M, sendo que os TCD's de fraude, até abril de 2004, foram registrados integralmente quando da sua assinatura e formalização.

Prefeitura Municipal de São Paulo: refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia e a Prefeitura do Município de São Paulo celebrado em 05 de janeiro de 2009. O Acordo prevê a conclusão até 31 de dezembro de 2012 das obras dos Programas de Intervenções no Sistema Municipal de Iluminação Pública e de Enterramento de Redes Aéreas, a serem realizadas pela Companhia.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 10 de agosto de 2009 foi recebida a primeira parcela desse Acordo no valor de R\$ 117.800. A Companhia acordou com a Prefeitura que 50% dos valores recebidos serão investidos em instalações no próprio município, visando à redução do consumo de energia e custos associados, inclusive em iluminação pública e enterramento de redes aéreas.

Prefeituras municipais diversas: referem-se a acordos para quitação de débitos de faturas de energia elétrica e de prestação de serviços a diversas prefeituras, a saber:

Prefeituras Municipais de:	Circulante	Não Circulante	PCLD	Saldo Líquido 2009	Saldo Líquido 2008
Cajamar	1.361	2.236	-	3.597	4.564
Cotia	2.933	6.058	(8.991)	-	-
Diadema	4.059	19.047	(179)	22.927	29.504
Itapeverica da Serra	1.032	5.534	-	6.566	7.423
Jandira V	733	1.222	(1.955)	-	-
Juquitiba	653	-	(653)	-	-
Mauá	1.812	1.510	-	3.322	5.350
Mauá I	-	-	-	-	774
Osasco	8.883	46.814	(55.697)	-	-
Pirapora do Bom Jesus	487	2.036	(2.523)	-	-
Ribeirão Pires	-	-	-	-	127
Santana do Parnaíba	1.239	1.962	-	3.201	4.600
Santana do Parnaíba II	349	262	-	611	992
São Bernardo do Campo	-	-	-	-	414
Taboão da Serra	1.084	6.004	(7.088)	-	-
Biritiba Mirim	226	-	(226)	-	-
Total	24.851	92.685	(77.312)	40.224	53.748

12. Outros Créditos

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	22.824	20.652
Programa baixa renda	42.812	33.846
Eletrobrás - Bônus Itaipu	-	7.156
Alienação de bens e direitos	26.172	26.810
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	225	915
Financiamento a Cesp	400	892
Outros	39.381	5.824
Total	131.814	96.095
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - Diversos - nota nº 13	(246)	-
Saldo Líquido de PCLD	131.568	96.095
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de bens e direitos	47.884	52.682
Programa Reluz - PMSP	14.128	23.175
Programa Reluz - PMSBC	535	-
Bens e direitos destinados à alienação	25.362	24.853
Financiamento a Cesp	4.748	6.910
Outros	5.666	8.655
Total	141.321	159.273

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2009

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip: são representados por valores a receber de consumidores a serem repassados às Prefeituras Municipais detentoras desses créditos, de conformidade com convênios assinados com as referidas Prefeituras.

Programa baixa renda: a ANEEL homologou os valores relativos às diferenças mensais referentes à redução de receita no período de maio de 2002 a janeiro de 2005. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo remanescente é de R\$ 42.812 (R\$ 33.846 em 31 de dezembro de 2008).

Alienação de bens e direitos: Refere-se a materiais inservíveis e imóveis, principalmente terrenos alienados que encontram-se em processo de regularização registrária para conclusão da venda.

Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.: A Companhia mantinha investimentos na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços de telecomunicação em geral e serviços técnicos de consultoria e de manutenção.

A ANEEL através do Ofício nº 561/2005-SFF exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, pela qual é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deterem participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia efetuou, em 15 de setembro de 2005, a transferência acionária, através de contrato de compra e venda de quotas (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A (atualmente Companhia Brasileira de Energia).

O referido contrato de compra e venda, entre outras, incluí as seguintes principais condições:

- A dívida assumida pela Companhia Brasileira de Energia junto à Companhia no valor de R\$ 42.998, não sofrerá qualquer tipo de atualização;
- Eventuais dividendos que venham a ser pagos pela Eletropaulo Telecomunicações serão integralmente repassados à Companhia;

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Prevista a alienação desse investimento e eventuais resultados apurados quando da alienação pela Companhia Brasileira de Energia também serão integralmente repassados à Companhia.

A referida operação foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

Durante 2009, não houve qualquer efeito reconhecido no resultado da Companhia, decorrente dessa operação.

Programa Reluz - PMSP: refere-se a recursos que estão sendo aplicados integralmente no projeto Reluz no município de São Paulo, e que destina-se ao custeio de execução de obras de substituição e efficientização de equipamentos de iluminação pública. A Prefeitura do Município de São Paulo assinou com a Companhia compromisso de pagamento que reflete os mesmos termos e condições do passivo adquirido junto à Eletrobrás.

Bens e Direitos Destinados à Alienação: refere-se a bens e direitos antes classificados como “Investimento - Destinados a Uso Futuro” que foram destinados à alienação.

13. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

	Saldo em 2008	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 2009
Rubricas de Origem				
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº 6	165.756	187.027	(147.700)	205.083
Serviços Prestados - nota nº 9	10.184	4.198	(107)	14.275
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 11	16.871	(2.563)	(2.780)	11.528
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 11	13.447	2.371	-	15.818
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 11	-	75.454	-	75.454
INSS - Auxílio Doença - nota nº 7	1.951	12	-	1.963
TUSD - Resolução nº 166/2005	1.367	4.719	(4.389)	1.697
Outros Créditos - diversos - nota nº 12	-	246	-	246
Total	209.576	271.464	(154.976)	326.064
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 11	-	484	-	484
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 11	-	150.907	-	150.907
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 11	69.726	(8.232)	-	61.494
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 11	2.259	(1.376)	-	883
Total	71.985	141.783	-	213.768
Total Geral	281.561	413.247	(154.976)	539.832

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os principais critérios a seguir descritos:

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consumidores/Acordos - Classes

- a) residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) industriais e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Outros Créditos

- d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos para os consumidores enquadrados nos critérios “a” a “d”, acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui análise individual de outras contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuados após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento - TCD - inadimplentes, são registrados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em perda.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito de Outras Despesas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do Ativo que os originaram - notas nºs. 6, 9, 11 e 12.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA

Saldos em 2009						
Parcela "A"	CVA					
Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009	Período após 4.6.2009 até 4.6.2010	TOTAL	
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	394	31.235	29.147	60.776
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	129	11.247	4.558	15.934
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	1.573	-	25.686	-	27.259
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	866	38.138	-	39.004
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	41	11	52
Transporte de energia pela rede básica	-	-	93	4.396	1.399	5.888
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	6.107	348	6.455
Compra de energia elétrica	-	-	-	134.608	37.620	172.228
Sobrecontratação	-	-	-	18.451	922	19.373
Proinfa	-	-	350	22.061	-	22.411
Subtotal	-	1.573	1.832	291.970	74.005	369.380
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	29.147	29.147
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	4.558	4.558
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	616	616
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	12	12
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	1.399	1.399
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	348	348
Sobrecontratação	-	-	-	-	923	923
Compra de energia elétrica	-	-	-	-	37.621	37.621
Subtotal	-	-	-	-	74.624	74.624
Total	-	1.573	1.832	291.970	148.629	444.004
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(1.911)	-	-	-	(1.911)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(369)	-	(36.027)	(36.396)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(581)	-	-	(53.660)	(54.241)
Compra de energia elétrica	-	(1.806)	(1.018)	-	-	(2.824)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(8.596)	-	(8.596)
Proinfa	-	(1.550)	-	-	(7.198)	(8.748)
Revisão Tarifária	-	-	-	(25.108)	-	(25.108)
Outros	(9.021)	-	-	-	-	(9.021)
Subtotal	(9.021)	(5.848)	(1.387)	(33.704)	(96.885)	(146.845)
NÃO CIRCULANTE						
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	(54.271)	(54.271)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	-	-	(36.028)	(36.028)
Proinfa	-	-	-	-	(7.197)	(7.197)
Subtotal	-	-	-	-	(97.496)	(97.496)
Total	(9.021)	(5.848)	(1.387)	(33.704)	(194.381)	(244.341)
Total Geral - Líquido	(9.021)	(4.275)	445	258.266	(45.752)	199.663

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Saldos em 2008						
Parcela "A"	CVA			Recomposição Tarifária	TOTAL	
Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009			
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	45.568	983	9.352	38.109	-	94.012
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.056	273	-	3.329
Energia Itaipu - custo/variação cambial	96.636	115	-	-	-	96.751
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	24.268	40.986	-	65.254
Encargos de Conexão a Rede	7	-	-	-	-	7
Transporte de energia - Itaipu	22	1	-	34	-	57
Transporte de energia pela rede básica	160	65	2.184	1.118	-	3.527
Taxa de Fiscalização	1.040	-	-	-	-	1.040
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	5.493	18.973	-	24.466
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876
Proinfa	-	-	8.231	-	-	8.231
Subtotal	143.433	1.164	52.584	152.369	-	349.550
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	38.109	-	38.109
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	273	-	273
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	40.986	-	40.986
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	34	-	34
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	1.117	-	1.117
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	18.975	-	18.975
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876
Subtotal	-	-	-	152.370	-	152.370
Total	143.433	1.164	52.584	304.739	-	501.920
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(141)	-	-	-	(141)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(11.617)	-	-	(11.617)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(42)	-	-	-	(42)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(6)	-	-	(6)
Compra de energia elétrica	-	(132)	(32.018)	-	-	(32.150)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(8.604)	-	-	(8.604)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.511)	-	-	-	-	(1.511)
Sobrecontratação	-	-	(12.421)	-	-	(12.421)
Proinfa	-	(115)	-	(4.110)	-	(4.225)
EMAE	-	-	-	-	(1.981)	(1.981)
Petrobrás	-	-	-	-	(2.699)	(2.699)
Transmissoras	-	-	-	-	(20.744)	(20.744)
Subtotal	(1.511)	(430)	(64.666)	(4.110)	(25.424)	(96.141)
NÃO CIRCULANTE						
Proinfa	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Subtotal	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Total	(1.511)	(430)	(64.666)	(8.220)	(25.424)	(100.251)
Total Geral - Líquido	141.922	734	(12.082)	296.519	(25.424)	401.669

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, foi observado que, em reunião realizada entre a ANEEL e o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, foi discutida a possível reversão dos registros de ativos e passivos regulatórios em função do item 58 do Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do CPC.

A análise quanto à inadmissibilidade do registro de ativos e passivos regulatórios surgiu em decorrência do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade uma vez que o International Accounting Standard Board - IASB havia dado essa orientação. Entretanto, em dezembro de 2008, o IASB decidiu colocar em sua agenda para o ano de 2009 a análise de atividades com tarifas reguladas, mais especificamente, para rever o tratamento contábil a ser dado ao registro de ativos e passivos regulatórios.

Em razão dessa análise que será efetuada pelo IASB foi decidido por não haver alteração nos critérios utilizados até o momento para registro de ativos e passivos regulatórios. Até 31 de dezembro de 2009, o IASB colocou em audiência pública minuta de seu pronunciamento técnico sobre "Rate-Regulated Activities". Essa minuta indicou a posição de se manter o registro dos ativos e passivos regulatórios. A expectativa é que o pronunciamento seja emitido no 1º semestre de 2011.

15. Investimentos

	2009	2008
Imóveis destinados a uso futuro	5.438	2.876
Outros	4.062	6.326
Total	9.500	9.202

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	2009				2008
	Custo Histórico	Reavaliação		Depreciação Acumulada	Valor Líquido
		1998	2007		
Em Serviço	(*)			(***)	
Distribuição	7.864.272	1.391.128	1.438.108	(4.038.257)	6.655.251
Terrenos	121.484	792.981	286.281	-	1.200.746
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	270.457	4.963	(54.686)	(117.034)	103.700
Máquinas e Equipamentos	7.393.260	601.195	1.206.513	(3.879.328)	5.321.640
Veículos	48.595	(4.302)	-	(23.718)	20.575
Móveis e Utensílios	30.476	(3.709)	-	(18.177)	8.590
Administração	230.654	(19.778)	42.104	(137.862)	115.118
Terrenos	1	4.499	31.036	-	35.536
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.173	2.637	11.057	(4.610)	14.257
Máquinas e Equipamentos	86.123	(4.103)	11	(58.559)	23.472
Veículos	46.553	(1.719)	-	(22.998)	21.836
Móveis e Utensílios	92.804	(21.092)	-	(51.695)	20.017
Comercialização	34.618	850	7.156	(18.855)	23.769
Terrenos	225	2.686	6.753	-	9.664
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.106	(117)	403	(764)	2.628
Máquinas e Equipamentos	18.648	(324)	-	(11.782)	6.542
Veículos	381	(136)	-	(244)	1
Móveis e Utensílios	12.258	(1.259)	-	(6.065)	4.934
Atividade Não Vinculada	65.265	23.961	1.402	(46.250)	44.378
Terrenos	36	4.722	-	-	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(485)	278
Máquinas e Equipamentos	64.689	18.932	1.402	(45.757)	39.266
Móveis e Utensílios	84	-	-	(8)	76
Subtotal	8.194.809	1.396.161	1.488.770	(4.241.224)	6.838.516
Em Curso					
Distribuição	233.750	-	-	-	233.750
Administração	21.677	-	-	-	21.677
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividade não Vinculada	204	-	-	-	204
Subtotal	255.631	-	-	-	255.631
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(603.274)	-	-	27.168	(576.106)
Subtotal	7.847.166	1.396.161	1.488.770	(4.214.056)	6.518.041
Intangível (**)					
Distribuição	159.507	-	-	(119.090)	40.417
Administração	76.012	-	-	(42.263)	33.749
Comercialização	177.251	-	-	(70.515)	106.736
Subtotal	412.770	-	-	(231.868)	180.902
Total do Imobilizado / Intangível	8.259.936	1.396.161	1.488.770	(4.445.924)	6.698.943

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares.

(***) Inclui depreciação acumulada do custo histórico e das reavaliações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

	2008	Adições/(Baixas)	Devolução	Amortização	2009
<u>Em Serviço</u>					
Participação financeira do consumidor	429.835	42.799	(6.419)	(22.437)	443.778
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.150	8.442	-	(1.234)	28.358
Eficiência Energética	6.106	4.366	-	(446)	10.026
Doações e Subvenções para Investimento	45.217	-	-	(2.329)	42.888
Participação União, Estados e Municípios	7.873	3.751	-	(444)	11.180
Outros	5.347	-	-	(278)	5.069
	515.528	59.358	(6.419)	(27.168)	541.299
<u>Em Curso</u>					
Participação financeira do consumidor	18.166	(4.565)	-	-	13.601
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.202	(2.903)	-	-	2.299
Eficiência Energética	6.422	4.035	-	-	10.457
Doações e Subvenções para Investimento	2.806	215	-	-	3.021
Participação União, Estados e Municípios	6.458	(1.029)	-	-	5.429
	39.054	(4.247)	-	-	34.807
Total	554.582	55.111	(6.419)	(27.168)	576.106

A taxa média de amortização das obrigações especiais foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Enterramento de Redes

Em 27 de outubro de 2006, o Decreto nº 47.817 foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo regulamentando a Lei nº 14.023/2005 que determina o enterramento das redes de Concessionárias de Serviços Públicos no referido Município.

A Companhia considera que as chances de aplicação imediata da referida legislação são remotas, tendo concluído por não registrar nenhum efeito sobre esse assunto nas presentes demonstrações.

17. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Suprimento:</u>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	159.423	198.574
Contratos bilaterais - AES Tietê	186.511	188.458
Contratos bilaterais - AES Uruguaiana	-	2.905
Contratos bilaterais - outros	1.105	877
Energia no curto prazo - CCEE	4.305	4.768
Energia livre - Outros	28.345	19.036
Uso de rede básica	97.841	87.305
Encargos do serviço do sistema - CCEE	9.961	28.718
Conexão à rede básica	7.565	7.855
Transmissão	8.578	8.303
Uso do sistema de distribuição	2.028	2.287
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.793	2.578
Leilão - CCEAR	181.604	149.531
Subtotal	690.059	701.195
Materiais e Serviços	139.588	107.759
Total	829.647	808.954

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Tributos e Contribuições Sociais

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social - corrente	3.727	49.931
Imposto de renda - corrente	15.480	89.448
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	337.912	277.296
Cofins	51.437	44.627
Pis	11.167	9.689
PIS - Parcelamento	23.112	76.526
Outros	22.631	21.264
Total	465.466	568.781
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
PIS - Parcelamento	-	37.848
Outros	47	572
Total	47	38.420

ICMS: refere-se principalmente ao valor apurado sobre o faturamento das receitas de operações com energia elétrica.

PIS - parcelamento: refere-se a débito correspondente às alterações promovidas pela Lei nº 9.715/1998, cujo montante foi homologado pelo Fisco e está sendo pago através de parcelamento. Em novembro de 2009, a Companhia migrou o saldo remanescente do parcelamento original para o novo programa instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS) obtendo redução de multa e juros e desde então, vem efetuando o pagamento parcelado conforme determinado por esse regramento.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) Composição:

	2009	2008
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda estrangeira	2	3
Moeda nacional	93.196	100.494
Total	93.198	100.497
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	26	27.477
Moeda nacional	530.601	22.953
Total	530.627	50.430
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	77	139
Moeda nacional	1.895.918	1.893.811
Total	1.895.995	1.893.950
Total geral	2.519.820	2.044.877

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Moeda Estrangeira:

2009						
Vencimento	Moeda	(% a.a.)	(*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	2	26	77

(*) L = Libor

2008						
Vencimento	Moeda	(% a.a.)	(*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	-	27.442	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	3	35	139
Subtotal				3	27.477	139

(*) L = Libor

c) Moeda Nacional:

2009					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
RELUZ PMSBC - Eletrobrás - a1	2015	5	-	37	514
Debêntures - 9ª Emissão - a2	2018	CDI+1,75	9.299	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão - a5	2013	CDI+0,90	16.589	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão - a6	2018	CDI+1,75	3.363	-	200.000
Euro Real Bonds - a3	2010	19,125	50.369	474.060	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a4	2015	CDI+1,20	3.967	50.000	250.000
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a7	2019	CDI+1,50	9.334	-	585.560
Arrendamento mercantil (*)			-	6.504	9.844
Outros			275	-	-
Total			93.196	530.601	1.895.918

2008					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
RELUZ - Eletrobrás - a1	2009	5	-	8.917	-
Debêntures - 9ª Emissão - a2	2018	CDI+1,75	13.853	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão - a5	2013	CDI+0,90	25.387	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão - a6	2018	CDI+1,75	4.827	-	200.000
Euro Real Bonds - a3	2010	19,125	50.369	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a4	2015	CDI+1,20	5.783	-	300.000
Arrendamento mercantil (*)			-	14.036	69.751
Outros			275	-	-
Total			100.494	22.953	1.893.811

(*) Em função da adoção do disposto no artigo 1º da Lei nº 11.638/2007, que deu, entre outras, nova redação ao artigo 183 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reconheceu os ativos relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento classificados como leasing em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos - nota nº 3.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No 2º trimestre de 2009, a Companhia contratou especialista para analisar a classificação de contratos de conexão e transmissão como arrendamento mercantil financeiro. A conclusão do estudo elaborado foi de que os contratos de conexão e transmissão não se caracterizavam como arrendamento mercantil financeiro por não transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios. Dessa forma, em junho de 2009, a Companhia efetuou a reversão do registro de arrendamento mercantil financeiro passando a tratar esses contratos como arrendamentos operacionais.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o Ebitda ajustado e (ii) Ebitda sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2009, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

Alguns empréstimos e financiamentos têm como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Estas dívidas são: (i), STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ - Eletrobrás.

- a.1) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- a.2) Debêntures - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures no mercado local com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalente a 10% do montante total emitido.
- a.3) Euro Real Bonds - emissão de R\$ 474.060 em títulos no mercado externo denominados em reais com pagamento único de principal no vencimento e taxa de juros de 19,125% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente.
- a.4) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 2010.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a.5) Debêntures - 10ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a.6) Debêntures - 11ª Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos.

a.7) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., no montante principal de R\$ 600.000. com remuneração semestral de CDI + 1,50% ao ano, com prazo final de 120 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais, sendo 5% (R\$ 30.000) no 3º e 4º anos, 10% (R\$ 60.000) no 5º e 6º anos, 20% (R\$ 120.000) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$ 60.000) no 10 ano a partir do 36º mês, inclusive.

b) Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

b1) Moeda estrangeira

	2009			2008		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	59	103	100,00	74	173	0,63
Taxa Variável (*)	-	-	-	11.743	27.443	99,37
Total	59	103	100,00	11.817	27.616	100,00

(*) Indexada a Libor

b2) Moeda nacional

	2009		2008	
	R\$	%	R\$	%
CDI	1.935.560	79,77	1.350.000	73,18
Taxa fixa	490.959	20,23	566.764	26,82
Total	2.426.519	100,00	1.916.764	100,00

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2011	15	26	259.994
2012	15	26	275.173
2013	14	25	278.247
2014	-	-	108.229
2015	-	-	183.287
2016	-	-	293.335
2017	-	-	143.751
2018	-	-	294.207
após 2018	-	-	59.695
	44	77	1.895.918

- d) A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	2009	2008	2009	2008
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	1,7412	2,3370	(25,49)	31,94
TR (*)	-	-	0,71	1,63
IGP-M (*)	-	-	(1,71)	9,81
Selic (**)	-	-	8,65	13,67
CDI (**)	-	-	8,55	13,62

(*) Ao ano.

(**) Índice do último dia do ano.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, enquanto que o custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% de sua remuneração. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado na data de suas privatizações, a partir de 1º. de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

20.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais	8.094.509	7.360.857
Valor justo dos ativos do plano	(6.296.102)	(5.757.904)
Ganho atuarial não reconhecido	167.849	522.222
Custo do serviço passado não reconhecido	(736)	(810)
Total registrado	<u>1.965.520</u>	<u>2.124.365</u>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.2 A movimentação do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são demonstradas a seguir:

	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	7.360.857	6.968.689
Custo dos serviços correntes	17.065	12.365
Custo dos juros	848.390	769.204
Benefícios pagos	(656.204)	(623.733)
Efeito de transferências de passivo	-	(4.039)
Perda atuarial	524.401	238.371
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	8.094.509	7.360.857

20.3 A movimentação do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são demonstradas a seguir:

	2009	2008
Valor dos ativos do plano no início do ano	5.757.904	5.624.097
Contribuição do empregador	339.536	227.683
Contribuições dos empregados	34.524	32.835
Efeito de transferências de ativo	-	(2.827)
Rendimento efetivo dos ativos do plano	850.460	528.828
Benefícios pagos	(686.322)	(652.712)
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	6.296.102	5.757.904

20.4 As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram as seguintes:

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	16.577	12.863
Custo dos juros	848.390	769.204
Rendimento esperado dos ativos do plano	(680.432)	(681.442)
Custos de amortização	70	(8.127)
Contribuições normais - empregados	(3.918)	(4.353)
Total da despesa nos exercícios	180.687	88.145

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.5 As despesas projetadas para o exercício de 2010 são os seguintes:

	2010
Custo dos serviços correntes	21.029
Custo dos juros	831.062
Rendimento esperado dos ativos do plano	(683.257)
Custos de amortização	70
Contribuições normais - empregados	(5.009)
Total da despesa projetada para o exercício	163.895

20.6 A composição dos investimentos do plano por segmento, com base nas políticas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são as seguintes:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar
	2009	2008	
Renda Fixa	66,33%	75,20%	até 100%
Renda Variável	29,94%	21,10%	até 50%
Empréstimos a Participantes	2,36%	2,24%	até 15%
Imóveis	1,37%	1,46%	até 11%
Total	100%	100%	

20.7 As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2009 e 2008 são as seguintes:

	2009	2008
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,76% a.a.	12,06% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,30% a.a.	12,20% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço+1)	

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.8 As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Fundação Cesp projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

	Projeção
2010	741.778
2011	654.306
2012	652.562
2013	651.008
2014	649.037
Próximos cinco anos	3.187.355
	6.536.046

20.9 A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar ("SPC"), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e financiamentos:						
Confissão de dívida IIa (i)	9.338	355.584	364.922	47.932	370.120	418.052
Confissão de dívida IIb (ii)	4.847	184.570	189.417	24.876	192.075	216.951
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	70.654	1.828.851	1.899.505	185.577	2.200.424	2.386.001
Total do Contrato	84.839	2.369.005	2.453.844	258.385	2.762.619	3.021.004
Diferença (*)	-	(488.324)	(488.324)	-	(896.639)	(896.639)
Total Registrado	84.839	1.880.681	1.965.520	258.385	1.865.980	2.124.365

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 488.324 (R\$ 896.639, em 31 de dezembro de 2008), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 371/2000 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

21. Obrigações Estimadas

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento - férias e gratificações	67.066	67.954
Encargos sociais sobre férias e gratificações	9.302	8.576
Programa de Desligamento Voluntário - 2007	91	563
Total	<u>76.459</u>	<u>77.093</u>

22. Provisões para Litígios e Contingências

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Passivo					Ativo	
	2008	Atualizações/	Baixas	Reversões	2009	Depósito judicial	
		Ingressos		Reclassificações		2009	2008
Trabalhista (a)	418.490	230.237	(209.694)	(17.068)	421.965	294.392	390.453
Cofins (b)	813.943	32.997	-	(846.940) (*)	-	-	-
Cofins - noventena (b)	18.461	1.134	-	-	19.595	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	39.987	17.024	(30.281)	(2.345)	24.385	22.167	30.921
Processos civis (d)	69.215	30.435	(46.308)	-	53.342	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	1.580	-	-	-	1.580	-	-
Processos fiscais (f)	46.736	44.542	(166)	(6.048)	85.064	124.286	118.071
Meio Ambiente	23.239	5	(10.269)	(61)	12.914	-	-
Outros	21.162	3.427	(776)	(2.634)	21.179	15	104
Total	1.452.813	359.801	(297.494)	(875.096)	640.024	440.860	539.549
Circulante	229.778				269.702	-	-
Não Circulante	1.223.035				370.322	440.860	539.549
Total	1.452.813				640.024	440.860	539.549

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Nota nº 42.

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. A Companhia tem intensificado a política de acordos.
- b) Cofins: a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº 9.718/1998, referente aos artigos 3º e 8º, mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continuou discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo em outubro de 2008, a Companhia registrou a multa de R\$ 71.500.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis às demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu do passivo relativa a demanda, no montante de R\$ 190.654. Em março de 2009 a ação transitou em julgado, a favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo remanescente refere-se à noventa e foi formado por valores dos meses de maio a julho de 2004.

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurado na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Durante o exercício de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Fiscal ("REFIS") de Tributos Federais. A Cofins decorrente do aumento de alíquota de 2% para 3%, que estava sendo questionada judicialmente passou a incorporar esta adesão - nota nº 42.

- c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente, os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- e) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Conforme preceitua o pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2009.

Notas	Valor de Contingência Estimada	
	31.12.2009	
22.1	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.008.830
22.2	SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP	13.448
22.3	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
22.4	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
22.5	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
22.6	Abertura de Agências - Ação Civil Pública	Não determinado
22.7	Ação Civil Pública - Contas Vencidas	Não determinado
22.8	Ação Indenizatória - Volkswagen	1.639
22.9	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	35.167
22.10	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRÁE e ANDEC	Não determinado
22.11	COSIP - repasse	1.784
22.12	Ação Popular - Maruzan Conrado	13.594
22.13	DER - Remanejamento de Postes	Não determinado
22.14	Ecovias - Remanejamento de Postes	Não determinado
22.15	Ecovias - Uso do solo	Não determinado
22.16	AIT	78.343
22.17	Ação Civil Pública - City Boaçaça	Não determinado
22.18	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
22.19	Recolhimento do FGTS - Funda de Garantia por Tempo de Serviço	75.361
22.20	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	29.752
22.21	FGTS - Moradia	7.354
22.22	NFLDs - Execuções Fiscais	45.394
22.23	CSLL - Base Negativa	95.041
22.24	IRPJ e CSLL - Overseas	591.656
22.25	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	17.710
22.26	PIS - Decretos nºs 2445/88 e 2449/88	38.970
22.27	PIS - Estatuto da Decadência	186.300

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Companhia (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 1.008.830, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento devidamente atualizado até dezembro de 2009.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe foi desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recurso de “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 e outubro de 2008, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (5ª Vara Cível). Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor da dívida em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Quando do encerramento do Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença por Arbitramento, o que se acredita ocorrer em prazo de ao menos 06 (seis) meses, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia a qualquer

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

momento, sendo que quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender será necessário apresentar garantia nos termos do CPC.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda de acordo com o disposto no CPC, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa. Porém tais fatos não alterarão a classificação de risco.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, não é requerida qualquer provisão até 31 de dezembro de 2009.

Em 26 de maio de 2009 a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999.

22.2) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

O SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, na qualidade de representante das empresas AES Eletropaulo, CPFL e CESP propôs medida cautelar e ação declaratória visando a inexigibilidade do pagamento do tributo RGR (Reserva Global de Reversão) que é recolhido pela ANEEL.

Por conta da sentença que lhe foi desfavorável em ambos os casos e da decisão que reconheceu serem devidos honorários advocatícios à ordem de R\$ 45.248, o SIEESP apresentou os recursos competentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, os quais aguardam julgamento.

Tendo-se em vista a condenação do SIEESP na qualidade de representante da Companhia, a referida demanda representa à Companhia um risco de pagamento no montante de R\$ 13.448 a título de honorários advocatícios, valor que, a princípio só caberia ao Sindicato.

22.3) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, com pedidos de multa diária e devolução de valores supostamente cobrados a maior.

22.4) Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, supostamente superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de fazer de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e, em relação à Companhia requereu seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente indevidos.

22.5) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

22.6) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

22.7) Ação Civil Pública – Contas vencidas

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando apurar supostas práticas de cobrança de valores em aberto que estariam em desacordo com a legislação vigente.

De acordo com o Ministério Público Federal, uma grande massa de consumidores teria buscado auxílio nos Procons da área de concessão da Companhia por conta da cobrança de valores que estariam acrescidos de juros moratórios em desacordo com a legislação vigente e que seriam referentes a contas de luz vencidas há mais de 5 anos e a débitos que teriam sido contraídos por terceiros.

22.8) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Companhia, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

22.9) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Companhia pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões prolatadas foram interpostos os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. De acordo com o último cálculo apresentado pela ANEEL o valor atualizado apresenta o valor de R\$ 35.167. Das análises realizadas pelos Advogados Externos da Companhia, conclui-se que as chances de perda destas demandas são possíveis, isso porque ainda não existe precedente sobre a questão discutida nos dois processos.

22.10) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.11) COSIP - Repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Companhia, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005.

22.12) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer sejam desconstituídos os “Termos de Confissão de Dívida” firmados pelo co-réu Fernando Fernandes Filho com as co-rés Companhia e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário. De acordo com o autor, o TCD firmado com a Companhia trata dos valores em aberto por conta dos acordos firmados em 28 de julho de 2000 e 19 de setembro de 2002 e pelo consumo durante o período de 23 de setembro de 2002 até a assinatura do novo TCD, no valor atualizado de R\$ 13.594.

22.13) DER - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ela administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

22.14) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

22.15) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Companhia, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes.

22.16) AIT

A AIT pretende a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato 50042010091 de prestação de serviços firmado entre as partes, reclamando o pagamento de indenização pela Companhia referente aos valores que a empresa despendeu com as rescisões trabalhistas que teve de realizar com os tributos devidos por conta da prestação de serviços esperada, bem como os encargos dos empréstimos que precisou contrair para continuar com sua atividade. Ante aos trabalhos apresentados pelo perito judicial nomeado pelo Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro é possível estimar que a demanda apresenta um valor de R\$ 78.343, em 31 de dezembro de 2009.

22.17) Ação Civil Pública - City Boaçava

A Associação de Moradores do Bairro City Boaçava visa, através de Ação Civil Pública, impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações geradas pelos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações.

Em setembro de 2006 foi proferida decisão de 1ª instância determinando que a Companhia reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 01 micro-tesla. Referida decisão restou mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

Contra a decisão do TJSP foi apresentado recurso ao Supremo Tribunal Federal, o qual aguarda decisão da referida corte.

22.18) Ação Civil Pública - ETD Panorama

A Associação de Moradores Sociedade Amigos da Cidade Jardins visa, através de Ação Civil Pública impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão da Companhia. Assim, requerem na ação a paralisação liminar das obras e a condenação da Companhia a demolir a obra já construída.

Em agosto de 2006 foi proferida decisão de 1ª instância acatando os argumentos apresentados pela Companhia e julgando improcedente a ação.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em janeiro de 2007 autores apresentaram recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual aguarda julgamento.

22.19) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 75.361. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

22.20) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.21) FGTS - Moradia

A Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a Companhia. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

22.22) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs três Execuções Fiscais (2007.61.82.006923-8, 2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, as Execuções aguardam julgamento em Primeira Instância.

22.23) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 95.041 até 31 de dezembro de 2009, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.24) IRPJ - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua subsidiária no exterior, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº 2.158/2001; (ii) que a Companhia deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a Companhia deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo nº 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item (iii) acima, a Companhia apresentou defesa administrativa que ainda pende de julgamento em Segunda Instância Administrativa.

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Débitos 31.12.2009	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora	186.429	38.729	225.158
Multa - 75%	127.255	29.815	157.070
Total	483.359	108.297	591.656

22.25) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

22.26) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

Em 30 de junho de 2000, a Companhia ingressou com Ação Judicial visando: (i) declarar a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/1988 e 2.449/1988, (ii) a definição do enquadramento da Companhia, sob a vigência destes decretos, como Contribuinte de PIS-Faturamento (caso fosse qualificada como empresa comercial) ou PIS-Repique (caso fosse considerada empresa prestadora de serviços) e, por conseqüência, (iii) reconhecimento do direito de compensar os valores recolhidos a maior no período de junho de 1990 a outubro de 1995, com cobranças vincendas do próprio PIS, na modalidade de compensação. Em junho de 2002, amparada pela decisão favorável proferida pelo Juízo da 1ª Instância, a Companhia optou por efetuar a compensação destes créditos tributários com débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Em março de 2009, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão parcialmente favorável ao pleito da Companhia, declarando a possibilidade de compensar os créditos de PIS com débitos do próprio tributo, bem como reconheceu o direito de a Companhia retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos. Os consultores legais da Companhia classificam a probabilidade de perda como remota, com relação às compensações de PIS com o próprio tributo, e possível, no que se refere às compensações de PIS com os demais tributos. A estimativa do valor envolvido de R\$ 38.970 refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor do tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

22.27) PIS - Estatuto da Decadência

Em março de 1996, o Governo Federal Brasileiro editou a Medida Provisória nº 1.407/1996, a qual modificou a sistemática de cálculo do PIS - Programa de Integração Social, alterando sua base de cálculo para 0,65% sobre a receita bruta da Companhia. Considerando que essa alteração resultou em um aumento nos valores recolhidos, em abril de 1996, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança perante a 16ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando manter o critério de cálculo que havia sido definido pela Lei Complementar nº 7/1970, fundamentando sua posição do fato de que (i) o aumento de imposto deveria ter sido determinado através de uma Lei e não de uma Medida Provisória; e (ii) a Companhia possuía imunidade tributária relacionada a operações de energia que estariam sujeitas a incidência de ICMS. Em julho de 2005, a provisão que havia sido constituída por conta deste processo foi revertida pela Companhia na medida em que as autoridades fiscais não teriam sucesso no recolhimento de tal tributo por conta de sua Decadência. Em junho de 2008, o Governo Federal propôs Execução Fiscal perante a 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo visando cobrar os valores que haviam sido objeto do litígio mencionado. A Companhia apresentou uma carta de crédito no

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor de R\$ 177 milhões como garantia desse processo (junho de 2008) e se opôs à cobrança apresentada.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Companhia classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não se posicionou sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

23. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.243	27.687
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	8.074	41.270
Quota para a Reserva Global de Reversão	7.214	7.811
Outras encargos	537	570
Total	48.068	77.338

24. Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e Desenvolvimento	80.880	82.494
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.975	21.714
Ministério de Minas e Energia	1.488	10.857
Eficiência Energética	122.799	121.976
Total	208.142	237.041

25. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	43.061	32.999
Empréstimo compulsório Eletrobrás	3.420	4.529
Brasil Ferrovias S.A.	-	3.257
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528
IPTU - Outras prefeituras	155	770
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	2.539	44.970
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.426	1.365
Outras	26.086	31.483
Total	83.472	126.158
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Estimadas	2.040	2.313
Outras	5.589	2.469
Total	7.629	4.782

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.

O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

		2009		2008	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas	Tipo				
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97	51.825.798	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97	13.342.384	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86	1.436.635	0,86
Subtotal	ON	66.604.817	39,80	66.604.817	39,80
Outros	PNA	2.369.349	1,42	2.369.349	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44	7.434.391	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25	2.095.644	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09	88.839.686	53,09
Subtotal	PNB	98.369.721	58,78	98.369.721	58,78
Total das ações		167.343.887	100,00	167.343.887	100,00

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2009 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.068.533 (R\$ 2.142.917, em 31 de dezembro de 2008), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Reavaliação		Total
	1998	2007	
Saldo em 31.12.2008	1.090.669	1.052.248	2.142.917
Realização da reserva de reavaliação	(48.063)	(63.264)	(111.327)
(-) IR sobre realização de reserva	11.696	15.467	27.163
(-) CS sobre realização de reserva	4.211	5.569	9.780
Saldo em 31.12.2009	<u>1.058.513</u>	<u>1.010.020</u>	<u>2.068.533</u>

Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo da Reserva de Reavaliação constituída em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007.

De acordo com o item I do parágrafo 4º desse mesmo artigo, em se mantendo o saldo da Reserva de Reavaliação o valor do Ativo Imobilizado reavaliado existente no início do exercício passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável.

27. Destinação do Resultado

A base de apuração de dividendos, pode ser apresentada como segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	1.063.194	1.026.128
Realização da reserva de reavaliação - líquida	73.476	71.740
Constituição de reserva legal	(56.834)	(54.893)
Subtotal	<u>1.079.836</u>	<u>1.042.975</u>
Dividendos intermediários distribuídos (i)	(322.721)	(359.472)
Juros sobre Capital Próprio propostos (ii)	(70.799)	(68.813)
Dividendos complementares propostos	(686.316)	(614.690)
Saldo de Lucros Acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2009, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 322.721.

(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2009, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 70.799.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

	Ação	2009	2008
	Tipo	R\$ p/ Ação	R\$ p/ Ação
Dividendos intermediários distribuídos	ON	1,82	2,03
	PN	2,00	2,23
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)	ON	0,40	0,39
	PN	0,44	0,43
Dividendos complementares propostos	ON	3,87	3,46
	PN	4,26	3,81

28. Receita Operacional Líquida

Fornecimento de energia elétrica	Nº. de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Classe de consumidores						
Residencial	5.594.375	5.419.310	15.014.484	14.426.622	4.416.133	3.899.127
Industrial	29.983	31.192	6.031.985	6.559.163	1.587.054	1.644.670
Comercial	357.050	364.638	10.751.760	10.301.095	3.001.071	2.753.909
Rural	768	818	25.904	27.330	3.595	3.576
Poder público:						
Federal	1.257	1.178	141.369	160.680	40.440	44.118
Estadual	4.408	3.911	588.967	538.761	164.792	149.880
Municipal	8.901	8.355	417.415	400.785	127.023	114.992
Iluminação pública	1.519	1.479	899.330	877.823	134.452	124.474
Serviço público	1.245	1.212	565.084	567.513	126.702	120.944
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	-	18	365
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	(7)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(5.228.412)	(4.953.437)
Subtotal - Fornecimento	5.999.506	5.832.093	34.436.298	33.859.772	4.372.868	3.902.611
Outras						
Revisão tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	-	-	19.979	5.373
Transmissoras	-	-	-	-	25.760	43.007
PLS/Cofins - Diferença de Alíquota	-	-	-	-	44.804	(31.305)
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	-	-	(200.184)	124.969
Não faturado	-	-	-	-	29.655	17.972
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	229	216	6.832.324	7.382.788	492.201	465.534
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	5.228.412	4.953.437
Energia no curto prazo	-	-	-	-	30.019	3.945
Outras receitas	-	-	-	-	91.731	86.462
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	(62.032)	(56.186)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	(18)	(365)
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	7
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(82.877)	(78.827)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(368.704)	(330.753)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	-	-	(3.033)	(12.344)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	(297.532)	(312.604)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	-	-	(85.756)	(153.093)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	-	-	(25.248)	(14.118)
Cofins - corrente	-	-	-	-	(950.617)	(887.741)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	(1.842)
Pis - corrente	-	-	-	-	(208.839)	(192.733)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	(746)
Iss	-	-	-	-	(690)	(800)
Subtotal - Outras	229	216	6.832.324	7.382.788	3.677.031	3.627.249
Total	5.999.735	5.832.309	41.268.622	41.242.560	8.049.899	7.529.860

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em consonância ao Ofício Circular nº 2.775, de 24 de dezembro de 2008, a despesa do PROINFA - Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, originalmente registrado no resultado sob a rubrica de Energia Comprada para Revenda - PROINFA, foi reclassificado para a rubrica de Encargos do Consumidor - Outros no grupo de Deduções à Receita da Tarifa, em montante correspondente aos valores faturados para os consumidores livres à título de PROINFA, por não representarem recursos da concessionária, sendo esta última, apenas agente repassador.

Dos valores da receita com o Fornecimento de energia elétrica e Disponibilização do sistema de distribuição - TUSD, apresentados acima, estão excluídos os valores relativos ao ICMS, os quais apresentamos abaixo:

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	2009	2008
Consumidores Livres	694.915	562.302
(-) ICMS	(202.714)	(96.768)
	492.201	465.534
Transferência entre atividades	6.450.884	6.114.013
(-) ICMS	(1.222.472)	(1.160.576)
	5.228.412	4.953.437
Outras atividades	2.329.286	2.110.889
(-) ICMS	(1.068.319)	(921.186)
	1.260.967	1.189.703

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
Moeda Estrangeira				
ITAIPU	10.445.062	10.587.835	1.025.555	905.046
ITAIPU - CVA	-	-	68.484	203.725
Contrato bilateral - AES Tiête	11.104.944	11.138.112	1.675.523	1.566.738
Contrato bilateral - AES Uruguiana	27.765	404.086	3.514	47.599
Contrato bilateral - Outros	202.867	223.250	32.027	31.559
Compra - CCEE	895.986	1.130.889	563	117.797
Compra - CCEAR	18.475.441	15.671.257	1.562.214	1.202.256
Compra - CCEAR - CVA	-	-	(52.075)	(27.819)
Proinfa	873.893	525.487	126.167	81.575
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(397.917)	(374.574)
Total	42.025.958	39.680.916	4.044.055	3.753.902
			2009	2008
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da Rede Básica			864.405	762.782
Uso da Rede Básica - CVA			(1.955)	2.652
Encargos do Serviço do Sistema - ESS			123.074	80.799
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu			75.505	74.588
ONS - Operador Nacional do Sistema			23.987	19.974
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição			20.480	38.435
Conexão a Rede Básica - CTEEP			69.407	61.014
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA			(2.718)	1.401
(-) Créditos PIS/Cofins			(106.208)	(95.255)
Total			1.065.977	946.390

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

30. Custo do Serviço Prestado a Terceiros

	2009	2008
Pessoal	6.617	3.804
Material	(4.630)	(136)
Serviço de Terceiros	6.323	(8.298)
Outros	116	(4.461)
Total	8.426	(9.091)

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. Despesas Operacionais

<u>Despesas com vendas</u>	2009	2008
Serviços de Terceiros	31.240	26.512
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - nota nº. 13	275.240	34.106
(Recuperação)/ Perdas no Contas a Receber	(229.648)	100.702
Total	76.832	161.320
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>	2009	2008
Pessoal	308.804	247.144
Material	4.101	2.019
Serviços de Terceiros	97.907	109.609
Depreciação e Amortização	26.809	25.192
Total	437.621	383.964
<u>Outras Despesas Operacionais</u>	2009	2008
Arrendamentos e Aluguéis	2.966	559
Seguros	2.749	2.575
Tributos	21.665	18.762
Recuperação de Despesas	(28.802)	(11.517)
Doações e Contribuições	3.808	5.449
Taxa de Fiscalização - ANEEL	17.906	20.923
Provisões para Contingências	2.485	35.592
Tarifa bancária	43.428	41.857
Custas Judiciais	72.524	81.231
Outras	69.133	35.367
Total	207.862	230.798

32. Custos e Despesas Operacionais (Agrupados por Natureza de Gastos)

Descrição	2009						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			Total Geral
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	201.798	6.617	-	308.804	-	517.219
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	180.687	-	-	-	-	180.687
Material	-	30.893	(4.630)	-	4.101	-	30.364
Serviço de Terceiros	-	187.885	6.323	31.240	97.907	-	323.355
Energia elétrica comprada para revenda	4.027.646	-	-	-	-	-	4.027.646
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	16.409	-	-	-	-	-	16.409
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	1.070.650	-	-	-	-	-	1.070.650
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	(4.673)	-	-	-	-	-	(4.673)
Depreciação e amortização	-	354.807	-	-	26.809	-	381.616
Provisão para PCLD	-	-	-	275.240	-	-	275.240
Perdas no Contas a Receber	-	-	-	(229.648)	-	-	(229.648)
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	2.485	2.485
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	72.524	72.524
Outras	-	6.376	116	-	-	132.853	139.345
Total	5.110.032	962.446	8.426	76.832	437.621	207.862	6.803.219

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	2008					
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais		
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras
Pessoal	-	207.824	3.804	-	247.144	-
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	26.391	-	-	-	-
Material	-	31.840	(136)	-	2.019	2.328
Serviço de Terceiros	-	165.193	(8.298)	26.512	109.609	-
Energia elétrica comprada para revenda	3.577.996	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	175.906	-	-	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	942.337	-	-	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	4.053	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	343.905	-	-	25.192	-
Provisão para PCLD	-	-	-	34.106	-	-
Perdas no Contas a Receber	-	-	-	100.702	-	-
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	35.592
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	81.231
Outras	-	20.134	(4.461)	-	-	111.647
Total	4.700.292	795.287	(9.091)	161.320	383.964	230.798
						6.262.570

33. Receitas e Despesas Financeiras

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009	2008
<u>Receitas Financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	106.781	156.868
Selic - Parcela A/CVA	49.629	54.615
Selic - Finsocial - nota nº 7	7.039	210.185
Acréscimo moratório - consumidores	68.698	64.092
Multas	11.015	9.313
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	8.759	12.231
Benefícios da Lei nº 11.941/2009 (b)	275.306	-
Tributos e contribuições sobre receitas financeiras (a)	-	95.041
Outras	20.714	11.838
Total	547.941	614.183
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(131.814)	(126.175)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	(33)	(1.385)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	13.661	14.313
Operações de swap	(8.497)	1.587
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins (a)	(25.822)	(43.282)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(2.046)	(2.185)
Outras	(72.019)	(87.865)
Total	(226.570)	(244.992)
<u>Juros sobre Capital Próprio - TJLP</u>		
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(70.799)	(68.813)
<u>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</u>		
Moeda Nacional	(128.727)	(169.902)
Moeda Estrangeira	22.226	(20.859)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	14.036	19.770
Total	(92.465)	(170.991)
Total Líquido	158.107	129.387

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) Em 23 de setembro de 2008, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região declarou inconstitucional o alargamento da base de cálculo trazido pela Lei nº 9.718/1998, conforme o pleito da Companhia (nota nº 22). Em 13 de outubro de 2008, a Fazenda Nacional foi intimada, na pessoa do seu procurador, acerca da referida decisão e, em 12 de novembro de 2008, apresentou recursos contra a mesma. Todavia, os recursos apresentados não têm condições de alterar a decisão do TRF 3R, tornando-se a mesma irreversível.

Com a decisão mencionada, a Companhia está desobrigada de pagar Cofins sobre outras receitas daqueles períodos. A Companhia já havia constituído provisão para esta ação judicial e em função da decisão proferida, efetuou reversão desta provisão no valor total de R\$ 190.654, sendo R\$ 95.041 na rubrica Tributos e contribuições sobre receitas financeiras e R\$ 95.613 em Juros sobre Pis/Pasep e Cofins. Em março de 2009, houve trânsito em julgado do processo em favor da Companhia.

- b) Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e efetuou o pagamento de tributos federais aproveitando-se dos benefícios de redução de multa e juros concedidos por essa legislação. Estes benefícios foram registrados como receita e totalizaram o montante de R\$ 275.306 e são distribuídos da seguinte forma: COFINS R\$ 251.226, PIS (reparcelamento) R\$ 23.701 e IRPJ e CSLL de períodos anteriores R\$ 378.

34. Outras Receitas e Despesas

	2009	2008
<u>Outras Receitas</u>		
Finsocial - nota nº 7	-	88.907
Ganhos na alienação de bens e direitos	4.391	26.737
Outras	4.489	8
Total	8.880	115.652
<u>Outras Despesas</u>		
Perdas na desativação de bens e direitos (*)	(54.102)	(53.933)
Perdas na alienação de bens e direitos	(5.087)	(1.797)
Perdas - Ativo Imobilizado em Curso - Obras em andamento	(371)	-
Outras	(4.241)	(339)
Total	(63.801)	(56.069)
Total Líquido	(54.921)	59.583

(*) Refere-se a desmobilização de ativos do sistema de automação de subestações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 8). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2009	2008	2009	2008
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(152.530)	(317.824)	(130.938)	(123.288)
Diferidos	(106.942)	(46.252)	32.939	(10.600)
Total	(259.472)	(364.076)	(97.999)	(133.888)
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2009	2008	2009	2008
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.349.866	1.456.260	1.349.866	1.456.260
Adições (exclusões):				
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	7.047	5.143	7.047	5.143
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	4.321	-	4.321
Doações	7.140	14.070	7.140	14.070
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	(495)	3.533	(495)	3.533
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - 2006	(7.619)	(8.196)	(7.619)	(8.196)
Benefício fiscal - REFIS Lei nº 11.941/2009	(275.306)	-	(275.306)	-
Multas indedutíveis	5.687	-	5.687	-
Outros	4.962	14.138	3.692	14.138
Total das adições (exclusões)	(258.584)	33.009	(259.854)	33.009
Base de cálculo	1.091.282	1.489.269	1.090.012	1.489.269
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	272.821	372.317	98.101	134.034
Incentivos	(9.741)	(7.916)	-	-
Provisão IR/CS Auto de Infração Overseas	-	89	-	-
Provisão IRPJ/ILL	-	(1.364)	-	-
Compensação da Base de Cálculo	(24)	(24)	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL	(3.584)	974	(102)	(146)
Total da despesa (receita) com tributos	259.472	364.076	97.999	133.888

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. Partes Relacionadas

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, estão demonstradas a seguir:

	2009			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 12	42.998	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações	-	-	-	86
AES Tietê - notas nºs 17 e 29	-	186.511	1.675.523	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota nº 17 e 29	-	-	3.514	-
AES Sul	2.759	-	-	-
AES Infoenergy	4	-	-	-
AES Big Sky (i)	-	-	-	10.969
Total	45.761	186.511	1.679.037	11.055

	2008			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 12	42.998	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações	-	-	-	103
AES Tietê - notas nºs 17 e 29	-	188.458	1.566.738	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota nº 17 e 29	43	2.905	47.599	-
AES Sul	2.759	-	-	-
AES Infoenergy	19	-	-	-
AES Big Sky (i)	-	-	-	7.347
Total	45.819	191.363	1.614.337	7.450

i) Refere-se a valor relativo à contratação para prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.

b) A remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. No exercício de 2009 e de 2008, a remuneração anual foi conforme segue:

Descrição	2009	2008
Salário	3.049	3.877
Gratificações (PLR - Bônus)	2.805	1.634
Previdência Privada	230	298
Benefícios	432	558
Encargos	1.171	1.102
Total	7.687	7.469

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

37. Seguros

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Data de Vigencia		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	1-abr-2009	1-abr-2010	1.398.600
Vida em grupo	1-nov-2009	1-nov-2010	25 X salário
Responsabilidade Civil	1-jun-2009	1-jun-2010	30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2009	31-ago-2010	RCF Garantia Única 1.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

38. Instrumentos Financeiros

38.1 Considerações Gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- Disponibilidade (nota nº 5);
- Aplicações Financeiras (nota nº 5);
- Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 6);
- Serviços prestados (nota nº 9);
- Devedores diversos (nota nº 10);
- Contas a receber - Acordos (nota nº 11);

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- g) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos (nota nº 19);
- h) Debêntures (nota nº 19);

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	2009		2008	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
ATIVO				
Numerário Disponível	10.476	10.476	5.509	5.509
Numerário em Trânsito	78.472	78.472	49.155	49.155
Títulos e valores mobiliários	89.886	89.886	73.947	73.947
Aplicações financeiras	1.070.411	1.070.411	1.461.920	1.461.920
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.438.899	1.438.899	1.331.758	1.331.758
Serviços prestados a terceiros - Faturados	14.754	14.754	14.837	14.837
Serviços em curso	5.401	5.401	7.870	7.870
Outros - Iluminação Pública - Faturados	108	108	166	166
Créditos com empregados	832	832	987	987
Termo de confissão de dívida - acordos	1.064	1.064	2.542	2.542
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	226.361	-	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	117.536	117.536	136.742	136.742
Consumidores - acordos	82.599	82.599	79.926	79.926
Total	3.136.799	3.136.799	3.165.359	3.165.359
PASSIVO				
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.440.570	1.453.193	950.809	951.248
Debêntures	1.079.250	1.080.336	1.094.068	1.029.048
Outras obrigações - Swap Cambial	-	-	20.195	20.195
Total	2.519.820	2.533.529	2.065.072	2.000.491

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Para os instrumentos de *hedge*, foram utilizadas as curvas de mercado desses contratos na data do balanço.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	2009		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Numerário Disponível	-	10.476	10.476
Numerário em Trânsito	-	78.472	78.472
Títulos e valores mobiliários	-	89.886	89.886
Aplicações financeiras	-	1.070.411	1.070.411
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.438.899	-	1.438.899
Serviços prestados a terceiros - Faturados	14.754	-	14.754
Serviços em curso	5.401	-	5.401
Outros - Iluminação Pública - Faturados	108	-	108
Créditos com empregados	832	-	832
Termo de confissão de dívida - acordos	1.064	-	1.064
Governo do Estado de São Paulo - Acordos	226.361	-	226.361
Prefeituras municipais diversas - acordos	117.536	-	117.536
Consumidores - acordos	82.599	-	82.599
	1.887.554	1.249.245	3.136.799

PASSIVO			
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.440.570	-	1.440.570
Debêntures	1.079.250	-	1.079.250
Outras obrigações - Swap Cambial	-	-	-
Total	2.519.820	-	2.519.820

	2008			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Disponíveis para venda	Total
ATIVO				
Numerário Disponível	-	-	5.509	5.509
Numerário em Trânsito	-	-	49.155	49.155
Títulos e valores mobiliários	-	-	73.947	73.947
Aplicações financeiras	-	-	1.461.920	1.461.920
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.331.758	-	-	1.331.758
Serviços prestados a terceiros - Faturados	14.837	-	-	14.837
Serviços em curso	7.870	-	-	7.870
Outros - Iluminação Pública - Faturados	166	-	-	166
Créditos com empregados	987	-	-	987
Termo de confissão de dívida - acordos	2.542	-	-	2.542
Governo do Estado de São Paulo - Acordos	-	-	-	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	136.742	-	-	136.742
Consumidores - acordos	79.926	-	-	79.926
	1.574.828	-	1.590.531	3.165.359

PASSIVO				
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	950.809	-	-	950.809
Debêntures	1.094.068	-	-	1.094.068
Outras obrigações - Swap Cambial	-	20.195	-	20.195
Total	2.044.877	20.195	-	2.065.072

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção da reserva de capital e facilidade na obtenção de empréstimos. A administração da liquidez é feita através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa e comparando os perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros.

38.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o *hedge*.

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Definido o objeto do *hedge* e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes.

O valor de mercado do *hedge* é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX- V (câmbio médio divulgado diariamente pelo BACEN após o fechamento do mercado) do dia imediatamente anterior da data inicial e do período analisado.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resumo das operações de Swap

Em 31 de dezembro de 2009 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas como segue:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado 31.12.2009	
	2009	2008	2009	2008	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "swaps"						
Posição ativa	-	9.422	-	26.876	-	-
Moeda	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$
Posição passiva	-	47.071	-	47.071	-	-
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
Posição passiva						0

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2009 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2010 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2009 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,94	7,41	9,88	12,35	14,82	
Posição em 31.12.09						
Aplicações Financeiras:	1.070.411					
Títulos e Val. Mobiliários	89.887					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras	CDI	52.878	79.317	105.757	132.196	158.635
Títulos e Valores Mobiliários	SELIC	4.440	6.661	8.881	11.101	13.321

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2009, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2009, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2010 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2009, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de Juros	Saldo de Principal em 31.12.2009	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2010				
			Queda		Base Case	Aumento	
			de 25%	de 50%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125% a.a.	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00% a.a.	551	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA			1,3100	0,8700	1,7400	2,1750	2,6100
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	103	(27)	(55)	(0)	27	54
CDI			7,41%	4,94%	9,88%	12,35%	14,82%
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+0,90% a.a.	600.000	50.260	35.307	65.214	80.167	95.120
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	250.000	23.224	16.941	29.507	35.790	42.073
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	200.000	18.579	13.553	23.606	28.632	33.659
CCB - Citibank	CDI+1,20% a.a.	300.000	26.097	18.598	33.596	41.095	48.594
CCB - Bradesco	CDI+1,50% a.a.	600.000	54.127	39.085	69.169	84.211	99.254
TOTAL			172.287	123.483	221.091	269.896	318.700
IGPDI			3,38%	2,25%	4,50%	5,63%	6,75%
Fundacao Cesp	IGPDI+ 6,00% a.a.	2.453.843	235.147	205.755	264.279	293.671	322.803

38.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 6,0 (*) milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

(*) Não auditado.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38.6.1 Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

38.6.2 Riscos financeiros

A Companhia registra o montante de R\$ 100.136 (R\$ 244.539 em 31 de dezembro de 2008) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005. Em 11 de dezembro de 2008 a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009. Em decorrência desse acordo a Companhia realizou em janeiro de 2009 pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia está aguardando novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente, classificado como outras obrigações.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

38.6.3 Risco de preço

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº 674 de 1º de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido em 2007 o resultado foi provisório. Em 2009 o resultado foi novamente alterado de forma definitiva através da Resolução Homologatória nº 832, de 16 de julho de 2009.

Na finalização do processo de revisão tarifária, a ANEEL efetuou ajustes em:

1. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
2. Receitas Irrecuperáveis;
3. Base de Remuneração Regulatória;
4. Perdas elétricas regulatórias e;
5. Fator Xe.

A metodologia de cálculo do 2º ciclo de revisões tarifárias das Distribuidoras foi objeto Audiência Pública da ANEEL nº 052/2007, aberta em dezembro de 2007, e que teve como resultado a Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 846, de 30 de junho de 2009, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2009, cujo aumento médio foi da ordem de 14,88%, correspondendo a um efeito médio de 13,03% percebido pelos consumidores.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38.6.4 Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2009 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores (encerrados em junho); Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º, 2º e 4º Leilões Públicos de Energia Existente realizados em dezembro/2004, abril/2005 e outubro/05, respectivamente, do 1º e 2º Leilões de Energia Nova realizados em dezembro/2005 e junho/2006 e do 9º Leilão de Ajuste realizado em fevereiro/09. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

38.6.5 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

39. Reajuste Tarifário 2009

Em 30 de junho de 2009, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 14,88% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2009.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste autorizado pela ANEEL em 30 de junho de 2009 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2009		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,49%
	Energia Comprada	4,55%
	Encargos de Transmissão	1,12%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		0,09%
Reajuste Base		8,25%
Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007		-0,54%
CVA Total		5,33%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,21%
Outros custos financeiros de Parcela B		-0,04%
Subsídios Tarifários		1,67%
Reajuste Total		14,88%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 11,69%. A participação positiva de 8,16% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - Aumentou 20,81%, principalmente devido ao aumento do repasse do ESS (R\$ 234 milhões contra R\$ 103 milhões no IRT 2008), resultado de projeção efetuada pela ANEEL - calculado com base na diferença entre o Custo Variável Unitário (CVU) das usinas despachadas e o PLD médio previsto para os próximos 12 meses - e à projeção do Encargo de Energia de Reserva - EER, considerado neste montante, em conformidade com o Decreto 6353, de janeiro de 2008. O referido encargo se destina a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN.
- (ii) Energia Comprada - A variação positiva de 9,78% deve-se principalmente ao aumento dos custos de compra de energia de Itaipu, decorrentes de:
 - Desvalorização do Real em relação ao Dólar (R\$ 1,9301/US\$ no IRT de 2009 contra R\$ 1,6368/US\$ no IRT de 2008, aumento de 17,92%);
 - Aumento da tarifa em dólar de Itaipu (de US\$ 23,0270/kW para US\$ 25,0298/kW, aumento de 8,7%);
 - Preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses (de R\$ 76,39/MWh para R\$ 87,39/MWh, aumento de 14,39%).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) Encargos de Transmissão - A variação positiva de 9,89% deve-se principalmente ao aumento dos custos da rede básica (R\$ 893 milhões contra R\$ 810 milhões no IRT de 2008) decorrentes do fim do diferimento do resultado das Revisões Tarifárias das Transmissoras e de novas obras no sistema.

A partir do Ciclo 2009/2010, os geradores conectados nas DIT não pagarão pelo uso da rede básica, assim a receita a ser remunerada pela TUST não contará com estes geradores para o rateio. Face ao exposto, houve um acréscimo de R\$ 5 milhões nos custos de rede básica da Companhia.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 0,31%. A participação de 0,09% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 1,52%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2009, e
2. Fator X equivalente a 1,21%, composto por:
 - Xa de -0,84%, fruto da diferença negativa entre o IGP-M (1,52%) e o IPCA (4,67%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,00%.

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 615 milhões, há os seguintes principais aspectos:

- R\$ 50 milhões negativos referentes aos efeitos da finalização do 2º processo de Revisão Tarifária Periódica (que passou a ser definitivo) da concessionária, provisório desde 2007;
- Efeito positivo de R\$ 29 milhões, decorrente da aplicação da regra definida na Resolução Normativa 305/08, que resultou no recálculo das CVAs de energia e dos custos de sobrecontratação de energia comprada, referentes a 2005, 2006 e 2007;
- Efeito positivo de R\$ 37 milhões para cobrir a tarifa de clientes que deixaram de ser classificados como “Baixa Renda” após a

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lei nº 10.438/2002, não incorporado no reajuste tarifário de julho de 2008; e

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Efeito negativo de R\$ 5 milhões decorrente do valor previsto do subsídio de fontes alternativas para o período de julho de 2008 a junho de 2009. O valor incluído no Reajuste Tarifário de julho de 2008 excedeu o valor efetivamente concedido neste montante, conforme critério utilizado pela ANEEL.

As principais alterações efetuadas pela ANEEL em relação à revisão provisória de 2007 são apresentadas a seguir:

- a. Empresa de Referência de R\$ 786 milhões;
- b. Receitas Irrecuperáveis de 0,90% sobre a receita bruta;
- c. Base de Remuneração Regulatória bruta de R\$ 10.880 milhões e Base de Remuneração Regulatória líquida de R\$ 4.822 milhões;
- d. Perdas Regulatórias de energia conforme apresentado a seguir:

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Perdas Técnicas (sobre energia injetada)	4,91%	4,91%	4,91%	4,91%
Perdas não técnicas (sobre mercado baixa tensão)	17,47%	17,47%	16,98%	16,50%

- e. Fator Xe de 2,00%, que contempla o Plano de Investimentos Regulatórios de R\$ 1.652 milhões ente julho de 2007 e junho de 2011.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. Demonstração do Resultado por Atividade - (Não Auditado)

	2009			
	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	-	5.361.200	-	5.361.200
Energia elétrica de curto prazo	-	30.020	-	30.020
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	7.145.800	-	-	7.145.800
Outras receitas operacionais	66.788	15.331	9.611	91.730
Receita operacional bruta	7.212.588	5.406.551	9.611	12.628.750
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	(1.425.186)	(1.068.319)	-	(2.493.505)
PIS	(119.272)	(89.407)	(159)	(208.838)
COFINS	(542.921)	(406.973)	(723)	(950.617)
ISS	(690)	-	-	(690)
Quota para RGR	(61.731)	(301)	-	(62.032)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(297.532)	-	-	(297.532)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	(85.756)	-	-	(85.756)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(368.704)	-	-	(368.704)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	(3.034)	-	-	(3.034)
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	-	(18)	-	(18)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(47.369)	(35.508)	-	(82.877)
Encargos do Consumidor - outros encargos	(25.248)	-	-	(25.248)
	(2.977.443)	(1.600.526)	(882)	(4.578.851)
Receita operacional líquida	4.235.145	3.806.025	8.729	8.049.899
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Custo com Energia Elétrica - Compra de Terceiros	-	(4.044.055)	-	(4.044.055)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.065.977)	-	-	(1.065.977)
Custo de Operação				
Pessoal e administradores	(165.696)	(35.688)	(414)	(201.798)
Entidade de previdência privada	(180.236)	(446)	(5)	(180.687)
Material	(29.266)	(1.414)	(213)	(30.893)
Serviços de terceiros	(135.379)	(52.344)	(162)	(187.885)
Depreciação e amortização	(315.452)	(36.413)	(2.942)	(354.807)
Outras	(5.028)	(1.794)	446	(6.376)
	(1.897.034)	(4.172.154)	(3.290)	(6.072.478)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(3.045)	(957)	(4.424)	(8.426)
CUSTO OPERACIONAL BRUTO	(1.900.079)	(4.173.111)	(7.714)	(6.080.904)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(17.569)	(57.120)	(2.143)	(76.832)
Despesas gerais e administrativas	(437.621)	-	-	(437.621)
Outras despesas operacionais	(207.862)	-	-	(207.862)
	(663.052)	(57.120)	(2.143)	(722.315)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.563.131)	(4.230.231)	(9.857)	(6.803.219)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.672.014	(424.206)	(1.128)	1.246.680
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receitas Financeiras	153.281	394.079	581	547.941
Despesas Financeiras	(216.568)	(10.002)	-	(226.570)
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(70.799)	-	-	(70.799)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(122.433)	29.968	-	(92.465)
	(256.519)	414.045	581	158.107
RESULTADO OPERACIONAL	1.415.495	(10.161)	(547)	1.404.787
OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)	(54.954)	(12)	45	(54.921)
Receita não Operacional	8.835	-	45	8.880
Despesa não Operacional	(63.789)	(12)	-	(63.801)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E ITENS EXTRAORDINÁRIOS	1.360.541	(10.173)	(502)	1.349.866
Contribuição Social	(131.974)	987	49	(130.938)
Provisão para Imposto de Renda	(153.736)	1.149	57	(152.530)
Contribuição Social - diferido	33.199	(248)	(12)	32.939
Imposto de Renda - diferido	(107.788)	806	40	(106.942)
	(360.299)	2.694	134	(357.471)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	1.000.242	(7.479)	(368)	992.395
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio - TJLP	70.799	-	-	70.799
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.071.041	(7.479)	(368)	1.063.194
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES - EM R\$				6,35

A “Demonstração do Resultado por Atividade” é apresentada como informação complementar com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas, embora sua aplicabilidade compulsória seja exigida pela ANEEL com base na Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, a qual instituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo dentre outras, instruções contábeis para a divulgação de informações econômicas e

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiras. Essa demonstração não representa aplicação antecipada do CPC 22 - informações por segmento.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

41. Investimentos em Meio Ambiente - (Não Auditado)

Gastos Meio Ambiente	2009	2008
Custos Diretos - Gerência de Meio Ambiente	2.139	2.330
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	143	119
Licenciamentos e Compensações Ambientais	553	379
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	10.269	5.350
Prevenção à Poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	925	844
Adequação a Sistemas de Incêndio (Cambuci)	1.710	960
Treinamentos Operacionais (Brigada - Emergência Química)	6	192
Comunicação (Semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	13	67
Créditos de Carbono	127	-
Subtotal	15.885	10.241
Projetos de P&D (arborização, biomassa, campos eletromagnéticos, etc) (*)	2.088	1.295
Projetos de Eficiência Energética (116 projetos) (*)	50.440	53.731
Total	68.413	65.267

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente em 2009, R\$ 56.524 foram imputados ao resultado do exercício e R\$ 11.889 foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Companhia continuará trabalhando em busca de seu objetivo estratégico de ser reconhecida por sua excelência ambiental, ampliando seu escopo de certificação ambiental ISO 14.001:04 para todas as suas atividades até 2012 e em atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para tal, estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição com previsão de investimentos até 2015 para construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações. Ainda estão previstos investimentos em projetos relativos à regularização de toda a sua infra-estrutura de subtransmissão - linhas e subestações, melhoria da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda haverá o desenvolvimento de projetos de eficiência energética de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Mudanças do Clima e de P&D, como continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e avaliação do potencial de reciclagem de materiais descartados da rede.

42. Fato Relevante

Adesão ao REFIS

A Companhia em 12 de novembro de 2009 comunicou ao mercado que em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, foi aprovada a adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal ("REFIS") de tributos federais, referentes:

- (i) ao processo judicial que discute a decadência dos débitos de COFINS, decorrente de aumento de alíquota (de 2% para 3%) instituídos pela Lei 9.718/1998 no valor de R\$ 842 milhões em 30 de setembro de 2009. A liquidação do débito seria à vista com a contratação de financiamento bancário;
- (ii) ao processo judicial que discute a incidência de CPMF sobre as operações simbólicas de câmbio no valor de R\$ 3 milhões em 30 de setembro de 2009. A liquidação do débito seria na forma de levantamento de depósitos judiciais; e
- (iii) ao parcelamento dos débitos de PIS Faturamento no valor de R\$ 65 milhões em 30 de setembro de 2009. A liquidação destes débitos se daria na forma de parcelamento em até 10 meses.

O valor total de tributos a serem incluídos no REFIS somavam R\$ 910 milhões. O efeito esperado no lucro líquido do 4º trimestre de 2009 foi positivo em aproximadamente R\$ 250 milhões.

Que a adesão estaria condicionada à aprovação pelo BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e AES Holdings Brasil Ltda. nos termos do Acordo de Acionistas da Brasileira de 22 de dezembro de 2003.

Em 24 de novembro de 2009, após aprovações do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e AES Holdings Brasil Ltda., a Companhia aderiu ao REFIS.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

43. Evento Subsequente

Despacho do Diretor-Geral da ANEEL nº. 245

Em 2 de fevereiro de 2010, foi emitido o Despacho do Diretor-Geral da ANEEL nº. 245, o qual aprova o modelo-padrão de aditivo aos contratos de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica com vistas a alterar os procedimentos de cálculo, a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010, de modo a eliminar o efeito tarifário causado pela atual metodologia de reajuste prevista no Contrato de Concessão e assegurar a neutralidade em relação aos encargos setoriais especificados no termo aditivo. A alteração de cláusulas econômicas do Contrato de Concessão exige manifestação consensual de ambas as partes contratantes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Perfil

A AES Eletropaulo é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica da América do Sul em faturamento, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 5,9 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 4.360 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura com 149 subestações (136 estações transformadoras de distribuição, 9 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de cabos aéreos e subterrâneos de distribuição e subtransmissão de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1,737 km são linhas de subtransmissão, 2.883 km são rede de distribuição subterrâneas e 40.368 km de Rede de distribuição aérea primária e secundária.

Seus acionistas controladores, por meio das empresas AES Elpa S. A. e Companhia Brasileira de Energia, são a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AES Corporation é um dos maiores grupos mundiais na área de geração e distribuição de energia elétrica, emprega mais de 25 mil pessoas diretamente e está presente em 29 países. A AES Corporation detém 50,01% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia, com participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 16,1%. O BNDES detém 49,99% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia e participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 19,2%.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além desses organismos, destacam-se, dentre os principais agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

O atual modelo do setor foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O principal marco deste modelo setorial foi a Lei nº. 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária deduzidos do Fator-X.

No caso da AES Eletropaulo, a cada quatro anos é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de energia em suas respectivas áreas de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, os custos e despesas operacionais da empresa de referência, perdas regulatórias, depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

Discussão sobre metodologia da Parcela A

Há uma discussão pública envolvendo regulador, distribuidoras e a sociedade sobre a neutralidade na metodologia de cálculo da Parcela A das distribuidoras, principalmente na questão que envolve a forma de cálculo nos períodos em que há crescimento ou redução do mercado real em relação ao de referência tomado nos cálculos. Esta metodologia de cálculo faz parte do contrato de concessão assinado por todas as 64 distribuidoras. Sendo assim, qualquer alteração de metodologia deve ser feita sob a forma de aditivo contratual ao contrato de concessão, ou seja, de maneira bilateral entre regulador e distribuidora. Em 02/02/2010, a ANEEL aprovou em reunião de diretoria uma proposta de aditivo contratual com as modificações na metodologia da Parcela A que envolvem os Encargos Setoriais. As propostas serão então submetidas para a aprovação das distribuidoras.

Revisão Tarifária Periódica de 2007

A Aneel homologou em 16 de junho de 2009 de forma definitiva a Revisão Tarifária Periódica de 2007 da Eletropaulo, em conformidade com a Resolução Homologatória nº 832/2009 e suportada pela Nota Técnica nº 201/2009-SRE.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As principais alterações entre as Revisões Provisórias de 2007 e 2008, Consulta Pública 030/09 e Revisão Definitiva estão no quadro abaixo e descritas em seguida.

R\$milhões

Descrição	Provisória 2007	Provisória 2008	Consulta Pública	Definitiva
Empresa de Referência	852,5	852,5	749,5	786,2
Receitas Irrecuperáveis	49,4	59,3	58,4	88,2
% Receitas Irrecuperáveis	0,50%	0,60%	0,60%	0,90%
Base de Remuneração Regulatória líquida	4.700,2	4.700,2	4.700,2	4.822,1
WACC	9,95%	9,95%	9,95%	9,95%
Remuneração Bruta Capital	708,6	708,6	708,6	727,0
Base de Remuneração Regulatória bruta	11.101,6	11.101,6	11.101,6	10.879,9
tx de depreciação	4,31%	4,32%	4,32%	4,32%
Quota de Reintegração	478,5	479,6	479,6	470,0
Total Parcela B	2.089,0	2.100,0	1.996,2	2.071,4
Outras Receitas	42,6	42,6	42,6	42,6
Parcela B - Outras Receitas	2.046,4	2.057,4	1.953,5	2.028,7
Perdas Regulatórias Iniciais %	12,77%	12,77%	12,51%	12,51%
Perdas Regulatórias GWh	5.822,1	5.830,4	5.693,3	5.693,3
Reposicionamento Tarifário	-7,92%	-7,59%	-9,01%	-8,07%
Fator Xe	2,42%	2,05%	2,07%	2,00%
Investimento Fator Xe	1.796,3	1.796,3	1.651,9	1.651,9
Perdas Regulatórias (sobre energia injetada na fronteira)				
2007-2008	12,77%	12,77%	12,51%	12,51%
2008-2009	12,77%	12,77%	12,51%	12,51%
2009-2010	12,77%	12,77%	12,32%	12,32%
2010-2011	12,77%	12,77%	12,13%	12,13%

- **Empresa de Referência (ER) – Modelo de estrutura de custos operacionais eficientes determinados pela ANEEL:**
 - eliminação do conceito de região metropolitana, mudança de critério de consumidores cadastrados para consumidores faturados e aceitos os pleitos da AES Eletropaulo em Estrutura Central, Regional, Subterrânea e Consumo Próprio
- **Bases de Remuneração – Investimentos válidos sobre os quais se aplica a taxa de retorno (WACC) e de depreciação:**
 - as Bases de Remuneração Bruta e Líquida aprovadas na Revisão Definitiva foram de R\$ 10.879,9 milhões e R\$ 4.822,1 milhões, respectivamente;
- **Receitas Irrecuperáveis – Percentual de inadimplência que é repassado à tarifa dos consumidores:**
 - de acordo com a Resolução normativa da Aneel 338/08, a AES Eletropaulo está classificada no cluster 1 das empresas com direito ao percentual regulatório de 0,9%, que foi confirmada na Revisão Definitiva de 2007;
- **Fator Xe – Índice utilizado para compartilhar os ganhos de produtividade da distribuidora com os consumidores:**

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Aneel aceitou o Plano de Investimentos informado pela AES Eletropaulo no valor de R\$ 1.651,9 milhões para o 2º ciclo (2007-2011), resultando em um Fator Xe de 2,00%;

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reajuste Tarifário de 2009

Em 30 de Junho de 2009, a Aneel autorizou reajuste tarifário médio de 14,88% à AES Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de julho de 2009, conforme publicações da Resolução Homologatória nº 846/2009 e Nota Técnica nº 219/2009. Este reajuste consistiu em Reajuste Base e efeitos financeiros de acordo com a composição na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário 2009		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,49%
	Energia Comprada	4,55%
	Encargos de Transmissão	1,12%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		0,09%
Reajuste Base		8,25%
Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007		-0,54%
CVA Total		5,33%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,21%
Outros custos financeiros de Parcela B		-0,04%
Subsídios Tarifários		1,67%
Reajuste Total		14,88%

Esse aumento aplicado nas diversas classes de consumo apresentou os seguintes impactos percebidos pelos clientes:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	14,33%
Baixa Tensão Cativos	12,99%
Consumidores Livres	7,26%
Média Total	13,03%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 11,69%, o que representou participação positiva de 8,16% no reajuste base. Os principais aumentos foram de R\$ 1.235 milhões, R\$ 4.370 milhões e R\$ 1.067 milhões nos Encargos Setoriais, Custos com Energia Comprada e Encargos de transmissão, respectivamente.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 0,31%, incremento de R\$ 8,1 milhões com a participação de 0,09% no reajuste base.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizaram R\$ 615 milhões, entre os quais há aproximadamente R\$ 50 milhões negativos referentes à finalização do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2007.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

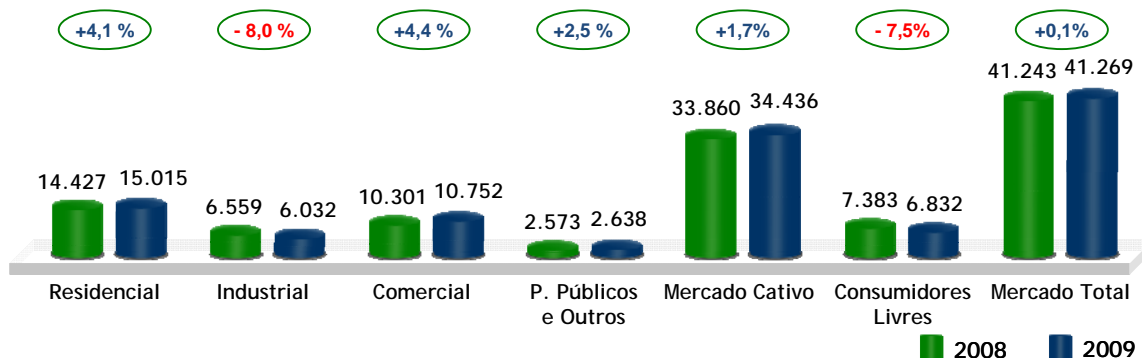
Atividades Operacionais

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou serviços. Além disso, a extensão territorial de sua concessão é a de maior concentração populacional do País.

Atividade Comercial – Mercado

No ano de 2009, o mercado total da área de concessão da AES Eletropaulo, que inclui o consumo de clientes cativos e clientes livres, somou 41.269 GWh, valor estável na comparação com 2008. Para o mercado cativo foram distribuídos 34.436 GWh, crescimento de 1,7%. Esse crescimento é explicado pelo maior volume das classes residencial e comercial (com 4,1% e 4,4% de acréscimo respectivamente), efeito compensado parcialmente pela queda, de 8,0%, no consumo dos clientes industriais que sofreram com os efeitos da crise financeira global. Para os clientes livres, também impactados pela crise, foram entregues 6.832 GWh em 2009, uma redução de 7,3% na comparação com o ano anterior. O desempenho do mercado total da AES Eletropaulo, foi superior ao apresentado pela região Sudeste, onde está localizada, cujo desempenho no ano foi uma queda de 2,4%. Nosso desempenho também foi superior na comparação com o mercado total do Brasil, que apresentou decréscimo de 1,1%, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Comparação do Consumo* (GWh)



Clientes Residenciais – O consumo da classe residencial cresceu 4,1% na comparação anual. Tal aumento é explicado, principalmente, por: (i) incremento no número de consumidores faturados (167 mil novas unidades consumidoras nos últimos 12 meses); e (ii) elevação da renda real (expansão de 3,2% em 2009, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e conseqüente aumento da capacidade de consumo da população.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

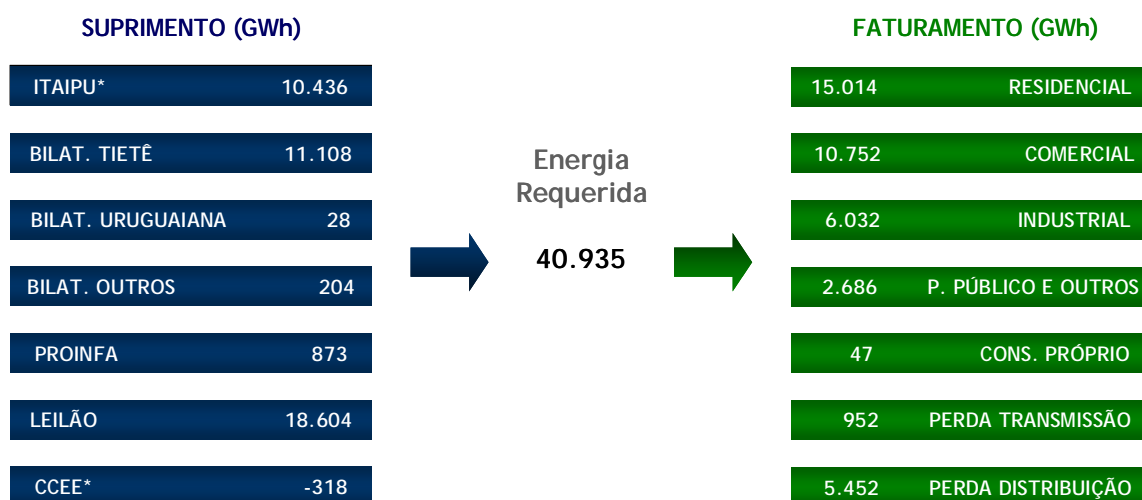
Clientes Comerciais – A alta de 4,4% no consumo da classe comercial. O consumo foi estimulado principalmente por incentivos fiscais como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os eletrodomésticos, material de construção civil e automóveis. As vendas físicas do varejo (conceito ampliado) na Região Metropolitana de São Paulo apresentaram alta de 7,1% na comparação de janeiro a novembro de 2009 com igual período de 2008, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

Clientes Industriais – Foram distribuídos 6.032 GWh aos clientes industriais cativos da AES Eletropaulo em 2009, uma retração de 8,0% frente ao volume de 2008. A retração da classe industrial deveu-se a queda na produção decorrente dos efeitos da crise financeira global. Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE¹, entre jan-nov/09, a produção industrial no Estado de São Paulo apresentou queda de 10,4% ante igual período de 2008. As maiores reduções ocorreram nos setores de produtos metalúrgicos (-29,8%) e veículos automotores (-18,5%), que representam aproximadamente 12% e 8% do consumo industrial cativo da Companhia, respectivamente.

Outros Clientes (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto) - O consumo cativo das demais classes foi de 2.638 GWh em 2009, crescimento de 2,5% ante 2008.

Clientes Livres – O consumo dos clientes livres da área de concessão da AES Eletropaulo montou 6.832 GWh, uma redução de 7,3% frente ao total consumido em 2008. Durante o ano, ocorreu a migração de 6 unidades consumidoras, para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o retorno de 5 unidades, para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR). O efeito líquido da movimentação foi de 25 GWh a mais no ACR e conseqüentemente a redução do mesmo volume no ACL.

Suprimento de Energia



*Estes contratos diferem do apresentado no balanço, pois os valores contábeis de energia são apurados antes da liquidação real do CCEE.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O volume de compra de energia é calculado com base em projeções de consumo para os próximos anos. A estratégia de suprimento da AES Eletropaulo baseia-se na manutenção do nível de contratação entre 100% e 103% da demanda projetada, de forma a evitar penalidades, já que todos os custos dentro desse intervalo são repassados nas datas de Reajuste ou Revisão Tarifária, até esse patamar. Em 2009, a ES Eletropaulo encerrou o ano com nível de contratação de 100,6%.

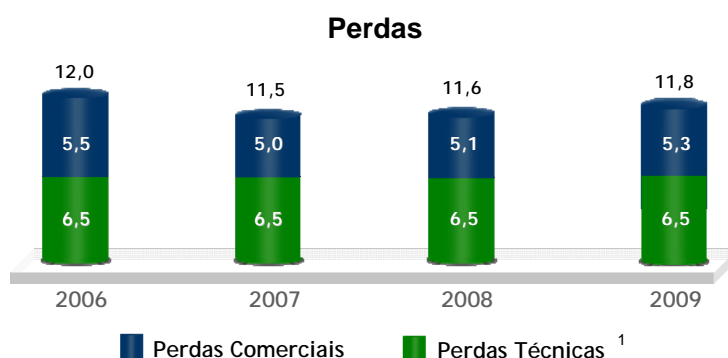
Em função do começo de suprimento do 9º leilão de ajuste em março de 2009, a AES Eletropaulo teve sobra de 318 GWh no acumulado do ano de 2009, este montante foi vendido através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um PLD médio (preço de liquidação de diferenças) de R\$ 46,96 / MWh.

Perdas e Arrecadação

As Perdas de Distribuição são calculadas com base no "Critério de Perdas Físicas", que considera o total de suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (46.980 GWh). O total de perdas é um percentual desse montante, deduzindo-se energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 11,8%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (5,3%).

O aumento de 0,23% nas perdas totais da empresa é percebido na comparação de 2009 com igual período do ano anterior. As principais variações desse indicador ocorreram em virtude: (i) do menor volume de energia de outros sistemas que transitam pela rede da AES Eletropaulo, (ii) menor número de dias de faturamento no mercado cativo e deslocamento entre compra e venda de energia em função da escala de faturamento; e (iii) crescimento de perdas comerciais em 2009.

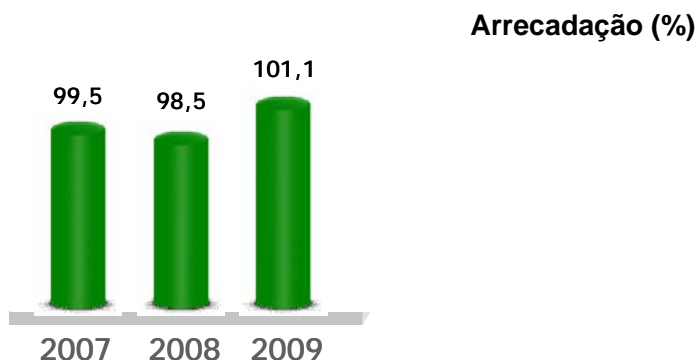
Em 2009 a AES Eletropaulo realizou 336,0 mil inspeções de combate à fraude e anomalias, nas quais foram encontradas 41,8 mil irregularidades. Foram regularizadas também 80,2 mil ligações informais (clandestinas), sendo o melhor resultado obtido na série histórica, medida desde 2003. Para efeito de comparação, em 2008 foram realizadas 434,6 mil inspeções em que se encontraram 58,4 mil irregularidades, tendo sido regularizadas 74,5 mil ligações clandestinas.



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Perdas Técnicas atuais utilizadas retroativamente como referência



A partir de janeiro de 2009, o cálculo da taxa de arrecadação considera a arrecadação mensal efetiva, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços constantes da fatura do consumidor, além do consumo “não-faturado”. A metodologia antiga considerava apenas o fornecimento de energia. Com exceção de 2007, os dados aqui apresentados já consideram a nova metodologia para efeito de comparação.

No ano de 2009, a taxa de arrecadação total foi de 101,1%, 2,6 pontos percentuais maior do que no ano de 2008, que fechou com 98,5%. O incremento da arrecadação é explicado principalmente: (i) pela recuperação dos patamares de arrecadação após o período de implantação e estabilização do sistema de faturamento (CCS), ocorrido no início de 2008; (ii) pelo recebimento da 1ª parcela do acordo com a Prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 117,8 milhões (0,9% da taxa de arrecadação de 2009); e (iii) pelo recebimento da Eletrobrás de subsídio baixa renda, que estava represado desde abril de 2007, representando cerca de 0,3% deste percentual. Desconsiderando-se os dois últimos efeitos não-recorrentes, a taxa de arrecadação teria sido de 99,9%.

Relacionamento com Clientes

O ano de 2009 foi um ano de muitas conquistas para os clientes da AES Eletropaulo: uma nova conta de energia, um website renovado proporcionando diferentes serviços, novos produtos eletrônicos como o SMS para informar falta de luz, solicitar segunda via de conta ou religar a energia.

Diversas ações de melhoria de satisfação dos clientes foram implantadas e apoiadas pelo Plano Integral de Satisfação de Clientes. Tal plano analisou em profundidade os processos de atendimento, identificando as mais diversas causas raízes e propôs mais de 200 ações para serem implantadas no período 2009 a 2011, de forma a viabilizar o objetivo estratégico de estarmos entre as cinco melhores empresas na satisfação dos clientes, de acordo com a Pesquisa da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia - Abradee. No ano, 143 ações já foram finalizadas e implantadas. Podemos destacar as seguintes ações:

- Lançamento da nova marca e de nova conta, jeito AES de atender
- Pesquisa online Abradee e pesquisas automatizadas em todos os canais de atendimento

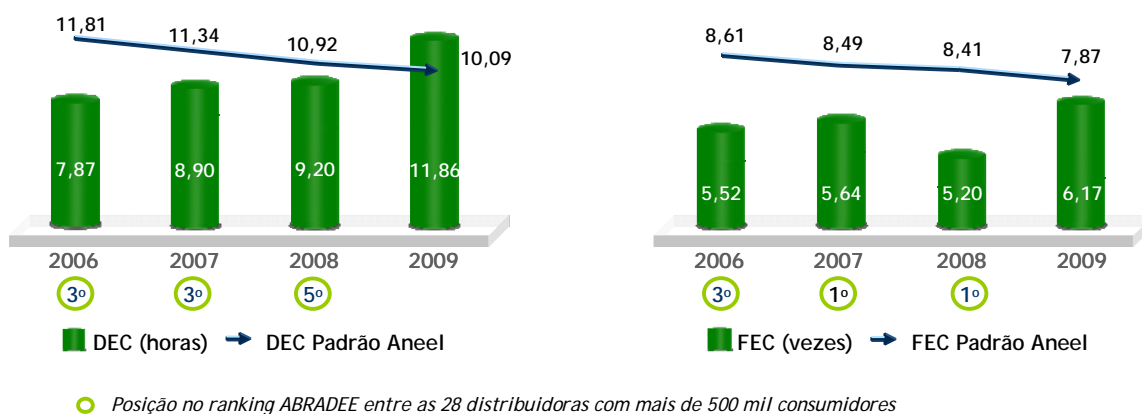
01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Planos de treinamento para equipes de atendimento e para coordenadores
- Implantação novo modelo de gestão na rede de atendimento
- Reestruturação do call center
- Novo website
- Serviços SMS (falta de luz, 2ª. via de conta e religação de energia)
- Atendimento via chat
- Ferramenta de monitoramento redes sociais
- Eventos AES Eletropaulo na comunidade
- Campanhas de iluminação pública, segurança com a população, economia de energia, Direitos e deveres
- Projetos de Eficiência Energética

Tais feitos já trouxeram resultados positivos em 2009, quando a AES Eletropaulo recebeu o prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação de Clientes) sendo considerada a melhor distribuidora de energia da região sudeste entre as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores. Também ficou em terceiro no ranking nacional, com a nota 71,51. A Aneel, que realiza esta pesquisa diretamente com os clientes, reconheceu a melhoria da qualidade no atendimento aos clientes da AES Eletropaulo, o que reforça a confiança de que a Companhia está no caminho certo para ser a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil até 2011.

Indicadores de Qualidade



Os critérios de cálculo de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) são determinados por meio da Resolução Aneel nº. 024, de 27 de janeiro de 2000. Consideram, para o cálculo dos indicadores, interrupções acima de 3 minutos e são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 2009, os índices DEC e FEC foram de, respectivamente, 11,86 e 6,17, o que representa aumento dos indicadores em relação ao ano anterior.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2009 apresentou índice pluviométrico 26% maior do que em 2008. Essa condição foi mais crítica no segundo semestre, com crescimento de 46% de dias com chuvas e de 100% no índice pluviométrico na comparação anual.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

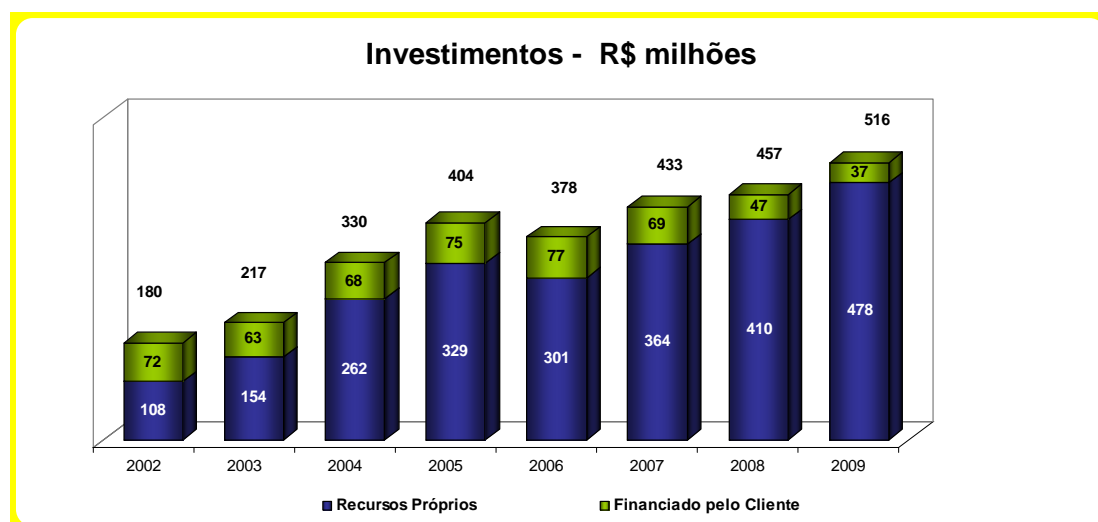
61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tais fatos refletiram na rede de distribuição da AES Eletropaulo, com o aumento de 33% das ocorrências na rede primária de distribuição na comparação com 2008, esses eventos envolvem um número maior de clientes e exigem esforço de reparo maior, contribuindo dessa forma para a variação dos indicadores.

De forma a evitar penalidades, a Companhia vem intensificando ações para melhorar os indicadores, dentre elas destacam-se: (i) a menor quantidade de deslocamentos improdutos (redução para 22% do total de ocorrências em dezembro de 2009, ante 32% do ano anterior) com destaque para o *call back*, que consiste em retornar a ligação para averiguar se a reclamação ainda procede; (ii) ampliação da quantidade de turmas de emergência; e (iii) reestruturação do plano de poda de árvores, tendo em vista que acidentes desta natureza correspondem a 24% do DEC e 22% do FEC.

Investimentos



A AES Eletropaulo investiu R\$ 515,7 milhões em 2009, montante 12,9% superior ao investido no ano anterior. Do total de investimentos de 2009, R\$ 37,4 milhões corresponderam a projetos financiados por consumidores e R\$ 478,3 milhões foram investidos com recursos próprios.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos - R\$ milhões	2008	2009	Var (%) 2009x2008
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	203,3	226,2	11,3%
Manutenção	84,0	120,7	43,7%
Recuperação de Perdas	53,8	76,1	41,4%
Tecnologia da Informação	21,9	25,8	17,8%
Outros	46,5	29,5	-36,7%
Total (c/ recursos próprios)	409,5	478,3	16,8%
Financiado pelo cliente	47,1	37,4	-20,7%
Total	456,7	515,7	12,9%

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- A Companhia projeta investir R\$ 691,0 milhões no ano de 2010, sendo R\$ 53,9 milhões financiados pelos clientes.

Principais Investimentos – 2009

Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor

- R\$ 96,2 milhões destinados a expansão, incluindo a finalização de 2 subestações Tiradentes e Tenente Marques, com incremento de 191 MVA na capacidade instalada do sistema, obra que beneficia cerca de 193,8 mil clientes; e rede de distribuição aérea e subterrânea de média tensão com a inauguração de 16 novos circuitos e reconstrução de 8 circuitos existentes;
- R\$ 130,1 milhões em serviços ao consumidor, destinados à ligação de 195,4 mil novos clientes residenciais, comerciais, industriais, etc. no ano de 2009 resultando no crescimento de 1,3% na capacidade de demanda máxima do sistema sem sobrecarga ou deterioração dos serviços prestados que atingiu 7.594,6 MW.

Recuperação de Perdas

- Regularizações: Em 2009 foram regularizadas 80.177 ligações em 150 núcleos da área de concessão da AES Eletropaulo, beneficiando 321 mil pessoas, com investimento médio por cliente de R\$ 409,5 em material e mão de obra contratada;
- Inspeções e detecção de fraudes e anomalias: Em 2009 foram realizadas 336,0 mil inspeções e detecção de 41,8 mil fraudes. Neste período, a Companhia centralizou parte das equipes de fraude para outros projetos de curto prazo e maior valor agregado de recuperação de perdas, como recuperação de instalações em conjuntos habitacionais e regularização de problemas com medidores eletrônicos do projeto de medição reativa.

Manutenção

- Foram investidos R\$ 120,7 milhões em projetos relacionados à manutenção de redes e linhas, modernização da subtransmissão, automação do sistema elétrico, modernização do sistema subterrâneo e aquisição/substituição de equipamentos de campo.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimento Remunerável

O investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 832, de 16/06/2009, se atualizados pelo IGPM nos reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Revisão ** (jul/07)	Reajuste (jul/08)	Reajuste (jul/09)
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	13.217.890.911	14.994.802.454	15.223.404.824
b1) (-) Depreciação Acumulada	7.545.706.368	8.560.093.068	8.690.595.459
b2) (-) Depreciação Acumulada %	57,1%	57,1%	57,1%
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	882.723.672	1.001.390.250	1.016.656.885
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	4.789.460.871	5.433.319.136	5.516.152.480
e1) (+) Almoxarifado	30.231.000	34.295.023	34.817.866
e2) (+) Ativo diferido	2.442.767	2.771.154	2.813.402
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.822.134.639	5.470.385.313	5.553.783.748
g) (+) Investimento previsto no Xe	1.652.000.000	1.652.000.000	1.652.000.000
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	6.474.134.639	7.122.385.313	7.205.783.748
i) Besns 100% depreciados	1.204.947.121,42	1.366.930.940,37	1.387.770.404,83
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,00	1,13	1,15
i) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	4,32%	4,32%	4,32%

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos e Moveis e Utensílios

b) Valor da depreciação acumulada

d) Valor depreciado - obrigação especial (c)

f) Valor depreciado (d) + almoxarifado (e1) + ativo diferido (e2)

g) Investimento previsto no Xe não foi atualizado pelo IGPM

**) 2º ciclo de RTP - Junho de 2007

Resolução Homologatória N°832 - 16 de Junho de 2009

Valores extraídos da Nota Técnica 201-Junho de 2009

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

O Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é uma importante ferramenta para a companhia promover a melhoria contínua na prestação do serviço, com a qualidade e a confiabilidade esperada por seus clientes.

Além de cumprir a exigência regulatória, a empresa investe em projetos relacionados aos processos técnicos, comerciais e operacionais; no desenvolvimento de tecnologias mais eficazes; na redução de impactos ambientais; na segurança de colaboradores e empregados terceirizados e na promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. O programa gera incentivo ao aprendizado na organização e quebra paradigmas nas mais diversas áreas, refletindo positivamente no desempenho da Companhia. Em 2009 foram gastos R\$ 25,3 milhões em 80 projetos nas diversas áreas e segmentos citados.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Programa Anual de Eficiência Energética (PEE) busca promover a conscientização e a mudança de comportamento dos clientes em relação ao uso da energia elétrica e desenvolve práticas de responsabilidade social, promovendo ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica. A implementação ocorre por meio da modernização de equipamentos utilizados por clientes e da otimização de processos internos.

Os projetos estão compreendidos nos diferentes segmentos de mercado direcionados a clientes comerciais, industriais, comunidades de baixa renda, poderes públicos e serviços públicos. Em 2009 a AES Eletropaulo gastou R\$ 53 milhões em 52 projetos de Eficiência Energética.

Vale ressaltar que nos projetos que atendem às comunidades de baixo poder aquisitivo, a AES Eletropaulo bateu a marca histórica de 80.177 mil regularizações de instalações, beneficiando 320,7 mil pessoas em 150 comunidades carentes localizadas em sua área de concessão. Dentro do programa de Transformação de Consumidores em Clientes, houve a substituição de 5.026 mil geladeiras, 130 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e 600 reformas internas de instalações elétricas residenciais.

Nos outros projetos foram realizadas ações de efficientização nas instalações de hospitais, escolas, prédios públicos e túneis. Todas essas ações, além de contribuir para economia de energia elétrica e, conseqüentemente, ajudar os orçamentos de órgãos públicos, melhoram a qualidade de vida e de segurança das pessoas.

Saúde e Segurança

A AES Eletropaulo atende às normas de segurança previstas pela legislação brasileira e, além disto, segue as diretrizes da AES Corporation. A empresa mantém processos e treinamentos que visam a prevenção de acidentes que possam atingir seus colaboradores próprios e contratados, buscando contínua melhoria em seus índices de segurança.

Foi criado, em 2009, o comitê do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO), que tem como meta a implantação dos 25 padrões de segurança da AES Corporation em cada um dos escritórios regionais da AES Eletropaulo ainda em 2010.

O comitê do SGSSO está alinhado com as diretrizes da norma internacional OHSAS 18001 (Série de Avaliação de Segurança e Saúde Ocupacional). Desta forma, contempla a identificação e a avaliação dos perigos e riscos das atividades administrativas e operacionais da Companhia, estabelece metas e objetivos relacionados à saúde e à segurança e prevê treinamentos e conscientização da força de trabalho sobre a prevenção de acidentes e a análise crítica da alta administração sobre as ações adotadas.

Segurança com a População

Anualmente, a AES Eletropaulo promove campanhas de informação e conscientização da população em relação ao uso seguro da energia elétrica, através de campanhas publicitárias voltadas principalmente aos públicos das classes C, D e E – segmentos em que os acidentes são mais comuns – com foco em temas como construção ou reforma de residências, instalação de antenas e brincadeiras com pipas.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagens sobre o tema são veiculadas nas contas de luz, nos atendimentos realizados pelo call center, em cartazes expostos nas lojas de atendimento e na rede conveniada, no website da AES Eletropaulo e nos carros que compõem a frota da Companhia, que dispõem ainda de folhetos com orientações para o público em geral.

A Companhia também promoveu palestras em escolas, associações de bairro, empresas e lojas de material de construção para levar informações à crianças e operários da construção civil. Em 2009, foram realizadas 2.936 palestras para um público de 104.114 pessoas. Nesses encontros, os conferencistas – colaboradores da AES Eletropaulo – entregam jogos com intuito de reforçar o tema entre as crianças e folhetos com orientações para adultos. Além disto, a AES Eletropaulo participou da IV Semana Nacional de Segurança, promovida pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) em novembro de 2009.

Excelência na Gestão

Em 2009, AES Eletropaulo foi vencedora Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) promovido pela Fundação Nacional da Qualidade, elevando a Companhia à condição de empresa de classe mundial.

Essa conquista é fruto da evolução contínua da gestão da AES Eletropaulo e das vantagens competitivas da empresa, que se apóiam em:

- ✓ conduta e cultura baseadas em princípios organizacionais e nos valores: Segurança em primeiro lugar, Agir com Integridade, Honrar Compromissos, Buscar Excelência e Realizar-se no trabalho;
- ✓ respeito e valorização das partes interessadas: acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, fornecedores e órgãos reguladores;
- ✓ adoção de práticas de gestão de governança corporativa, reconhecidas internacionalmente;
- ✓ qualidade da gestão com a adoção dos fundamentos da excelência, que dentre outras coisas incorporam: a formulação e implementação das estratégias, programa de melhoria para os processos do negócio, instrumentos de *benchmarking*, práticas de sustentabilidade e o sistema gerencial que permite assegurar o cumprimento do desempenho planejado, alcance dos objetivos e metas estabelecidos. Incluem-se os comitês: pessoas, segurança, ética, clientes, investimentos e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento);e
- ✓ cultura de inovação alavancada no programa de Pesquisa & Desenvolvimento e no sistema de aprendizado organizacional;

Relacionamento com o Público Interno

O ano de 2009 foi marcado por um intenso trabalho de integração das políticas de Recursos Humanos e de automação dos processos para todas as empresas do grupo AES Brasil, permitindo maior coesão entre os programas e transparência no relacionamento com os colaboradores, abrindo novas oportunidades de crescimento profissional em todo o Grupo.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O enfoque desse trabalho encontra-se nas políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, o estágio, o reconhecimento, cursos de idioma e participação em cursos e seminários. Entre os destaques estão a implementação do programa de crescimento profissional Siga Livre e o lançamento de um programa de reconhecimento dinâmico, gerencial e por valores. Para 2010, o desafio será garantir que os colaboradores façam uso de todas as ferramentas disponibilizadas por meio de um trabalho ativo de orientação.

A AES Eletropaulo encerrou o ano com 4.360 colaboradores próprios e contava com 7.191 colaboradores de empresas prestadoras de serviço, distribuídos em 21 unidades administrativas e operacionais e em 60 lojas e rede conveniada, localizadas na Grande São Paulo.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo adota como diretriz de seu sistema de gestão ambiental a Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo AES no Brasil, que define compromissos que devem ser seguidos por todos os colaboradores da Empresa. Faz parte de sua política socioambiental a conscientização de colaboradores e da população, bem como investimentos em tecnologia e projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à preservação da natureza.

Para atender a esses compromissos, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – certificado em conformidade à ISO 14001:2004 e integrado com o Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) da Companhia. O SGA também tem por princípio dar suporte às diretrizes da AES Corp sobre prevenção da poluição ambiental, e é auditado anualmente para confirmar a adesão a esses requisitos e às normas legais.

Em 2009, a AES Eletropaulo destinou cerca de R\$ 68,4 milhões a ações e projetos que geram benefícios ao meio ambiente e reduzem o impacto das atividades da concessionária.

Gestão Social

Em 2009, a AES Eletropaulo reforçou a identificação de seus projetos sociais à estratégia do Grupo AES, de criar valor para que todos seus *stakeholders* possam crescer de forma sustentável. Seus principais programas sociais já adotam essa linha, enfocando principalmente o desenvolvimento econômico e socioambiental das comunidades em que atua, por meio da educação, cultura e esportes, bem como através de negócios inclusivos e sociais. A companhia também incentiva seus colaboradores a participarem de ações sociais voluntárias, promovendo sua interação com a comunidade

Os principais projetos são:

- **Casa de Cultura e Cidadania**

Voltado principalmente a comunidades em situação de risco, a Casa da Cultura e Cidadania tem como objetivo o desenvolvimento de pessoas por meio de programas educacionais e atividades de lazer, a conscientização sobre o consumo responsável de água e energia elétrica e a orientação sobre os riscos que envolvem a rede elétrica. Em 2009, o projeto ganhou nova unidade – em Osasco – que se soma à da Vila Guacuri, em São Paulo, e beneficiou mais de 1,5 mil crianças, adolescentes e adultos.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Centros Educacionais Infantis Luz e Lápis**

A AES Eletropaulo mantém, com recursos próprios, dois Centros Educacionais Infantis (CEIs) Luz e Lápis, localizados em Santo Amaro e Guarapiranga, na cidade de São Paulo. Certificados como Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), os CEIs adotam a metodologia construtivista, que leva a criança a explorar e descobrir todas as possibilidades de seu corpo, sua capacidade de observar, pensar e agir, contribuindo para o exercício da cidadania. O público-alvo são crianças entre 1 ano e 5 anos e 11 meses, em situação de risco social ou que pertencem a famílias de baixa renda. Em 2009, foram beneficiadas 300 crianças.

- **Programa Energia do Bem**

Programa de voluntariado da AES Brasil, que tem como objetivo oferecer apoio e engajar seus colaboradores próprios e contratados que desejam, voluntariamente, contribuir para a transformação de comunidades onde a AES está inserida. O programa conta com um portal eletrônico, lançado em 2009, onde são divulgadas as oportunidades de voluntariado e as contrapartidas oferecidas pelo Grupo para facilitar o trabalho voluntário. Em 2009, foram realizadas campanhas que envolveram cerca de 600 voluntários e ajudaram mais de 40 instituições.

- **AES Eletropaulo na Comunidade**

Conscientizar e educar de forma interativa e lúdica as comunidades de baixa renda para o consumo consciente e seguro de energia elétrica é o objetivo do AES Eletropaulo na Comunidade.

Três módulos itinerantes - dois caminhões e uma estrutura de tendas - percorrem as cidades da área de concessão visitando as comunidades contempladas nos programas de regularização de ligações elétricas. Em 2009 os dois caminhões atenderam mais de 90 mil pessoas em diversas comunidades e escolas. Já a estrutura de tendas fica instalada por cerca de dois meses em uma comunidade regularizada e tem capacidade de atendimento de 96 pessoas em cada sessão, que dura duas horas. Em 2009, 60 mil pessoas passaram pelas tendas.

- **Transformando Consumidores em Clientes**

O programa visa a regularizar as ligações informais de energia elétrica, garantindo acesso seguro e eficiente à energia elétrica nas comunidades de baixa renda. Por meio do projeto - Transformando Consumidores em Clientes - são realizadas reformas das instalações elétricas externas e internas das residências, doações de padrão de entrada e instalação de ramal de ligação com cabo antifurto, bem como a iluminação de ruas e vielas.

Implementado há cinco anos, o projeto de regularização de ligações clandestinas atingiu em 2009 a marca de 356 mil regularizações, beneficiando 1,4 milhão de pessoas em 903 comunidades de baixa renda localizadas em sua área de concessão. Nesse ano, foram investidos R\$ 32 milhões em recursos próprios e outros R\$ 33 milhões do Programa de Eficiência Energética.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

Em 2009, a receita operacional bruta atingiu R\$ 12.628,8 milhões, montante 7,5% superior ao registrado no ano anterior, principalmente em virtude do aumento de 1,7% no consumo cativo entre períodos e reajustes tarifários de +8,01% e de +14,88% aplicados a partir de julho de 2008 e julho de 2009, respectivamente.

Foram contabilizadas Deduções da Receita Operacional de R\$ 4.578,9 milhões no ano, o que representa incremento de 8,5% (R\$ 358,2 milhões) em relação às deduções de 2008. Estas variações decorrem, sobretudo, do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e, conseqüentemente, do incremento proporcional dos encargos tributários incidentes na receita (ICMS, PIS, COFINS e ISS).

Em 2009, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo acumulou R\$ 8.049,9 milhões, quantia 6,9% ou R\$ 520,0 milhões superior à registrada em 2008, principalmente em função dos reajustes tarifários de 2008 e 2009 e da redução em Outras Receitas.

Receita Operacional - R\$ milhões	2008	2009	Var (%) 2009 x 2008
Total Receita Bruta	11.750,5	12.628,8	7,5%
Total de Deduções da Receita	(4.220,6)	(4.578,9)	8,5%
Receita Líquida	7.529,9	8.049,9	6,9%

Custos e Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$ 6.421,7 milhões no ano, montante 9,0% (R\$ 528,2 milhões) superior ao registrado no mesmo período de 2008, detalhadas as seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2008	2009	Var (%) 2009 x 2008
Gastos de Parcela A	4.700,3	5.110,1	8,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.753,9	4.044,1	7,7%
Transmissão	946,4	1.066,1	12,6%
PMSO	1.193,2	1.311,6	9,9%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	485,2	697,9	43,9%
Serviços de Terceiros	293,0	323,4	10,4%
Materiais	36,1	30,4	-15,8%
Outros	379,0	259,9	-31,4%
Total	5.893,5	6.421,7	9,0%

Custos Operacionais

- A despesa com **energia elétrica comprada** teve acréscimo de 7,7% no ano, principalmente devido ao maior volume de energia comprada em leilões e aos aumentos nos custos com compra de energia de Itaipu e preço médio dos leilões.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- No ano de 2009, a despesa com **encargos do uso da rede elétrica e transmissão** foi 8,7% superior à de 2008, devido principalmente aos aumentos dos custos com encargos de Rede Básica e de Serviço do Sistema (ESS).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pessoal

Os custos e despesas de pessoal aumentaram 43,9%, principalmente devido (i) aos aumentos dos custos com a entidade de previdência privada, conforme a expectativa atuarial e (ii) acordos e condenações trabalhistas. O custo de pessoal e encargos propriamente dito reduziu principalmente em função da adequação dos percentuais de capitalização que passaram de 21% em 2008 para 29% no segundo semestre de 2009.

Pessoal - em R\$ milhões	2008	2009	Var (%) 2009 x 2008
Pessoal e Encargos	299,6	291,9	-2,6%
Entidade de Previdência	26,4	180,7	584,7%
Acordos e Condenações Trabalhistas	159,2	225,3	41,6%
Total	485,2	697,9	43,9%

Outras Despesas Operacionais

As **outras despesas operacionais** apresentaram redução de 57,3%, totalizando R\$ 259,9 milhões em 2009, um decréscimo de R\$ 119,1 milhões quando comparadas a 2008. O principal destaque é a reversão de R\$ 76,7 milhões referente ao acordo com a Prefeitura de São Paulo, cujo 1º pagamento ocorreu em agosto de 2009.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	2008	2009	Var (%) 2009 x 2008
PCLD e Baixas	134,8	45,6	-66,2%
Provisão (Reversão) para contingências	35,6	2,5	-93,0%
Condenações e Acordos Judiciais	81,2	72,5	-10,7%
Demais *	127,3	139,3	9,4%
Total	379,0	259,9	-31,4%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Outras Receitas e Despesas

Em 2009, as outras receitas e despesas totalizaram uma despesa de R\$ 54,9 milhões, comparada a uma receita de R\$ 59,6 milhões em 2008, esta última explicada pelo reconhecimento de créditos do FINSOCIAL no valor de R\$ 88,9 milhões naquele período.

EBITDA

O Ebitda no ano de 2009 foi de R\$ 1.573,3 milhões, valor 7,2% inferior ao apurado no ano de 2008. Esta redução foi resultado principalmente da combinação (i) do crescimento de 1,7% no mercado cativo, (ii) do efeito positivo de R\$ 76,7 milhões referente à 1ª parcela do acordo com a PMSP e (iii) aumento de R\$ 154,3 milhões no custo de entidade de previdência privada.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado Financeiro

Em 2009, o Resultado Financeiro foi uma receita de R\$ 158,1 milhões, comparativamente a uma receita de R\$ 129,4 milhões, verificada em 2008. Os principais motivos desta variação foram: o efeito positivo da reversão de provisão no montante de R\$ 285,1 milhões referente a adesão ao Refis - Programa de Parcelamento Fiscal de Tributos Federais em 2009 e o efeito positivo de R\$ 210,2 milhões do reconhecimento de créditos de FINSOCIAL em 2008.

Resultado Líquido

No ano de 2009, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1.063,1 milhões, comparado a R\$ 1.027,1 milhões em 2008, o que representa um acréscimo de R\$ 36,0 milhões. O desempenho é explicado essencialmente pelos efeitos positivos de R\$ 76,6 milhões do acordo com a PMSP e de R\$ 298 milhões da adesão ao REFIS, parcialmente compensados pelas maiores despesas com previdência privada e pelo efeito positivo nos resultados de 2008 decorrentes do Finsocial.

Remuneração aos Acionistas

O total de proventos distribuídos e propostos pela Companhia com relação ao exercício de 2009 somou R\$ 1.079,8 milhões, correspondentes a 101,6% do lucro líquido do ano. Em 24 de setembro de 2009, a Companhia pagou o montante de R\$ 322,7 milhões de dividendos intermediários, referentes ao 1º semestre de 2009.

O pagamento de dividendos complementares e juros sobre capital próprio, correspondentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2009, serão deliberados em Assembléia Geral Ordinária (AGO) prevista para Abril de 2010.

O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia está disposto no quadro abaixo e corresponde à R\$ 3,85 por ação ON e R\$ 4,24 por ação PN.

Dividendos 2009 (R\$ milhões)	
Lucros Acumulados 31/12/2009	0,0
Lucro Líquido do Período - até 31/12/2009	1.063,2
Realização Reserva Reavaliação - até 31/12/2009	73,5
Saldo Líquido	1.136,7
Reserva Legal (5%)	(56,8)
Dividendos	1.079,8
Dividendos Intermediários Distribuídos	(322,7)
Juros Sobre Capital Próprio	(70,8)
Dividendos Complementares Propostos	(686,3)
Saldo Final	0,0

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Endividamento

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, a Companhia incluiu no saldo total da dívida de 2008, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing. Esses contratos aumentaram o saldo da dívida em R\$ 83,8 milhões em 2008 e R\$ 16,3 milhões em 2009, entretanto, para efeito de análise, esses valores não são considerados no saldo total da dívida.

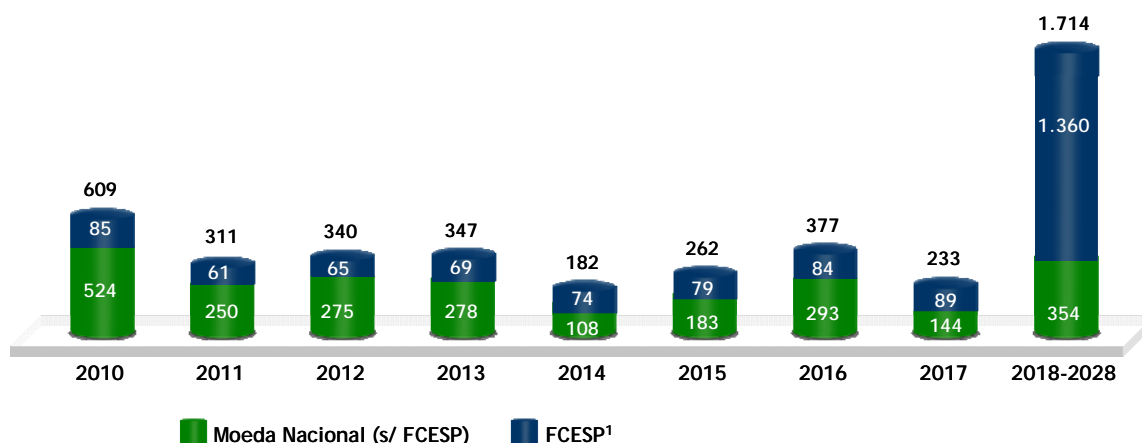
Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Companhia somava R\$ 4.469,0 milhões, valor 9,4% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008 (R\$ 4.085,5 milhões).

No encerramento do exercício social de 2009, a dívida líquida totalizava R\$ 3.219,7 milhões, montante 26,6% inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2008. A maior dívida líquida, na comparação com o saldo final de 2008, é explicada pela captação de R\$ 600 milhões, que foram utilizados de imediato para o pagamento de tributos – adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS,. Ao final de 2009, as disponibilidades somavam R\$ 1.249,2 milhões, queda de R\$ 341,3 milhões ante 2008, variação que também refletiu na dívida líquida.

O custo médio equivalente da dívida total da AES Eletropaulo passou de CDI + 2,80% a.a., em 31 de dezembro de 2008, para CDI - 1,22% a.a. em igual período de 2009. A queda é explicada principalmente pela variação do IGPM, índice de correção da dívida com a Fundação Cesp (fundo de pensão), que representa cerca de 44% do saldo total da dívida, sendo seu custo correspondente a 55% do CDI médio do período.

O prazo médio da dívida total manteve-se praticamente em linha, variando de 7,1 anos, em 31 de dezembro de 2008, para 7,0 anos em 31 de dezembro de 2009. O patamar foi mantido em função da extensão de contrato com a Fundação Cesp e da captação acima citados.

O saldo em 31 de dezembro de 2009, da dívida denominada em dólares era de R\$ 105 mil denominada em dólares, representando menos de 0,002% de sua dívida total. A Companhia não mantém outras operações cambiais ou de derivativos.



Governança Corporativa

Listada pela BM&FBovespa entre as empresas com níveis diferenciados de governança corporativa, a AES Eletropaulo trabalha continuamente para aprimorar suas práticas de governança e, assim, criar valor para seus acionistas. Seus princípios e práticas são os estabelecidos pelo estatuto social e pelo manual de governança corporativa, disponibilizados para acesso público no site de relações com investidores da Companhia. Eles indicam os regulamentos e normas que servem de base para sua governança, e os órgãos responsáveis pela sua manutenção: o conselho de administração, a diretoria executiva, o conselho fiscal e a assembléia de acionistas.

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de governança corporativa da Bovespa desde 2004, e foi a sétima empresa a se comprometer com o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa - nível 2. Seguindo as regras deste segmento, a Companhia já disponibiliza o balanço anual seguindo as normas norte-americanas; incluindo "tag along" de 100% para acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais tipo B (PNb), e 80% para para detentores de ações preferenciais tipo A (PNa). Além disto as ações preferenciais passaram a ter a voto em algumas matérias, é prevista adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e finalmente, ter pelo menos 20% de membros independentes no conselho de administração.

Pelo quinto ano consecutivo, a companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da AES Corp, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras de empresas que negociam ações no mercado norte-americano.

Todos os acionistas exercem seu direito a voto nas assembleias gerais ordinárias, realizadas anualmente, e nas extraordinárias, convocadas a qualquer tempo. Cada ação representa um voto nas assembleias, nas quais as decisões são tomadas com base na maioria dos votos.

Serviços de Auditoria Independente

A AES Eletropaulo utiliza os serviços de Auditoria Independente da Ernst & Young Auditores Independentes. No decorrer do exercício, não foram contratados, da empresa quaisquer serviços não-relacionados à auditoria contábil, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses.

Estrutura Societária – AES Eletropaulo

Em dezembro de 2009, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.057,6 milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.006.480 ações (56,18% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 53 mil acionistas.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

<i>Acionista</i>	<i>ON</i>	<i>%</i>	<i>PNA</i>	<i>%</i>	<i>PNB</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
AES ELPA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
União Federal	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Cia Brasileira de Energia	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.577	0,44%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.755	91,70%	94.006.480	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

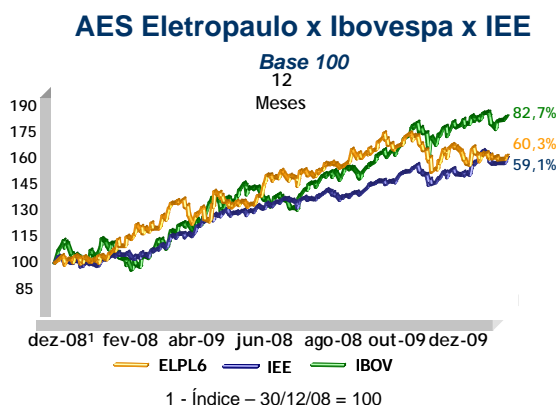
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado de Capitais

As ações preferenciais classe B (ELPL6) encerraram o ano cotadas a R\$ 34,50, desempenho positivo de 60,3% e as ações ELPL5, 61,5%. O desempenho foi inferior ao apresentado no mesmo período pelo Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) que valorizou 82,5% e em linha com IEE (Índice de Energia Elétrica) que apresentou ganhos de 59,1%.

A ação ELPL6 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 417.149 negócios, envolvendo cerca de 164,6 milhões de ações preferenciais, com volume médio diário de R\$ 29,2 milhões no mercado à vista no decorrer do período.

As cotações das ações ELPL5 e ELPL6 foram ajustadas com os valores dos dividendos declarados no período analisado.



01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social

Em 2009, a AES Eletropaulo doou o equivalente a 1% do Imposto de Renda devido (R\$ 1,0 milhão) aos fundos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. As prefeituras adimplentes com a Companhia receberam e repassaram essas contribuições a instituições de reconhecida atuação na área.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual / 2009

Empresa: Eletropaulo Metropolitana Eletrificadora de São Paulo S.A.



1 - Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	8.049.899			7.529.860		
Resultado operacional (RO)	1.246.680			1.456.260		
Folha de pagamento bruta (FPB)	835.981			587.119		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	26.998	3,23%	0,34%	24.478	4,17%	0,33%
Encargos sociais compulsórios	82.305	9,85%	1,02%	74.330	12,66%	0,99%
Previdência privada	180.687	21,61%	2,24%	26.391	4,50%	0,35%
Saúde	27.457	3,28%	0,34%	25.853	4,40%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	9.045	1,08%	0,11%	10.795	1,84%	0,14%
Educação	1.387	0,17%	0,02%	2.036	0,35%	0,03%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.908	0,23%	0,02%	1.035	0,18%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	754	0,09%	0,01%	681	0,12%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	42.778	5,12%	0,53%	50.016	8,52%	0,66%
Outros	22.375	2,68%	0,28%	20.395	3,47%	0,27%
Total - Indicadores sociais internos	395.694	47,33%	4,92%	236.010	40,20%	3,13%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	16.228	1,30%	0,20%	13.477	0,93%	0,18%
Cultura	5.176	0,42%	0,06%	6.676	0,46%	0,09%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	975	0,08%	0,01%	1.277	0,09%	0,02%
Creches	1.914	0,15%	0,02%	1.558	0,11%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	2.080	0,17%	0,03%	1.754	0,12%	0,02%
Outros	10.538	0,85%	0,13%	10.465	0,72%	0,14%
Total das contribuições para a sociedade	36.911	2,96%	0,46%	35.207	2,42%	0,47%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.677.657	295,00%	45,69%	3.282.389	225,40%	43,59%
Total - Indicadores sociais externos	3.714.568	297,96%	46,14%	3.317.596	227,82%	44,06%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	15.885	1,27%	0,20%	10.241	0,70%	0,14%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	52.528	4,21%	0,65%	55.026	3,78%	0,73%
Total dos investimentos em meio ambiente	68.413	5,49%	0,85%	65.267	4,48%	0,87%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%						
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.360			4.141		
Nº de admissões durante o período	516			283		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.191			6.368		
Nº de estagiários(as)	62			60		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	678			721		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	890			825		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,70%			22,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	633			410		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,00%			1,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	60			59		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	57,98			0		
Número total de acidentes de trabalho	13			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 27.204	no Procon 5.045	na Justiça 3.416	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 67,00 %	no Procon 57,00 %	na Justiça 39%	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: R\$ 6.623.838			Em 2008: R\$ 6.054.547		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68,0 % governo	9,5 % colaboradores(as)	16,3 % acionistas	71,3 % governo	7,1 % colaboradores(as)	17,2 % acionistas
	5,2 % terceiros	1,0 % retido		3,5 % terceiros	0,9 % retido	
7 - Outras Informações						

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e direcionamento do Conselho de Administração, que define as bases da estratégia seguida, a dedicação de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, fornecedores e acionistas, responsáveis pelas conquistas alcançadas pela AES Eletropaulo.

A Administração

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Acionistas e Administradores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2010

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC1SP198698/O-4

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRCSC020036/O-8 S-SP

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

23/03/2010 - Foi acertada a apresentação do intangível no ativo.